

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

MESTRADO EM CIÊNCIA DA RELIGIÃO

CARLA ANGELINI

**A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA DO NEOCONSERVADORISMO CATÓLICO
DURANTE OS DEBATES PARLAMENTARES DE DESCRIMINALIZAÇÃO DO
ABORTO NA ARGENTINA (2018-2020)**

SÃO PAULO

2023

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
MESTRADO EM CIÊNCIA DA RELIGIÃO

CARLA ANGELINI

**A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA DO NEOCONSERVADORISMO CATÓLICO
DURANTE OS DEBATES PARLAMENTARES DE DESCRIMINALIZAÇÃO DO
ABORTO NA ARGENTINA (2018-2020)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Religião sob a orientação do Prof. Dr. Eduardo Rodrigues da Cruz.

São Paulo
2023

BANCA EXAMINADORA

Instituição XXXXXXXXXXXX - Profº XXXXXXXXX

Instituição XXXXXXXXXXXX - Profº XXXXXXXXX

Instituição XXXXXXXXXXXX - Profº XXXXXXXXX

O presente trabalho foi realizado com apoio da
Fundação São Paulo (FUNDASP – Mantenedora
da PUCSP) à qual agradecemos imensamente
pelo apoio.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES – PROSUC), cujo número do processo é 88887.645282/2021-00.

AGRADECIMENTOS

Aos coordenadores do Programa de Ciência da Religião, os professores Edin e Wagner por me ajudarem a resolver problemas burocráticos que foram surgindo nesta trilha acadêmica. Junto com eles, gostaria de agradecer aos professores Ênio, Fernando, João Décio, Frank e Eduardo e as professoras Maria José e Suzana por terem sido tão acolhedores/as em cada uma das disciplinas. A Rose, por ter me apoiado desde a comissão de bolsas para começar o mestrado na Argentina. Ao prof. Eduardo, por ter me aceitado como orientanda em uma situação tão particular.

A prof.a Jacqueline Moraes Teixeira e ao prof. Fernando Torres Londoño, por terem participado da minha banca de qualificação e terem feito observações fundamentais para encontrar um referencial teórico-metodológico adequado para desenvolver minha pesquisa.

Quando pensava em escrever os agradecimentos lembrei de uma frase que sempre levo comigo. Durante a manifestação “Ni una menos” em 2018 uma querida amiga me disse: “Se essa é a maré verde imagina a potência dos seus rios subterrâneos”. Gostaria de me valer dessa metáfora para reconhecer e agradecer aos rios que me nutriram para poder percorrer as mais diversas geografias.

Primeiramente, quero agradecer a prof.a Maria Jose ou melhor, a minha querida orientadora Zeca pela sua imensa generosidade e pelo seu comprometimento com os direitos das mulheres, tanto na academia quanto na militância política. Como falava Paulo Freire ensinar exige amorosidade e ‘ouvirtude’; a Zeca é um exemplo disso, uma combinação única de firmes convicções políticas, profunda sabedoria (acadêmica e da vida) e afetuoso acolhimento. Agradeço o tempo e a dedicação para me acompanhar e os comentários instigantes sobre minha pesquisa.

A minha família, aos meus irmãos e minhas cunhadas pelo apoio incondicional de sempre, especialmente aos ‘Telerines’. A Marti, Tony e Fran por me lembrarem todos os dias quais são as coisas que realmente importam na vida. A Diego e Nilson, uma dupla maravilhosa que me fez acreditar em mim, quando quis mudar radicalmente minha vida. A Brenda, para quem não tenho palavras suficientes para descrever e agradecer a importância que tem a sua amizade na minha existência.

Quero fazer um reconhecimento especial a minha rede de amizades argentinas que não conhece limites geográficos nem fusos horários. A Coni, Ruthi, Cin, Manu e Vero por me ajudarem a “avivar meu fogo quando estava se desligando”; pelas discussões políticas, os risos virtuais e o acolhimento das angústias. A Romina, Vale, Jor, Pochi e Angie por estarem presentes cada dia da minha vida. A Noel, Vane, Buda e Marquitos, por continuarmos

apoando todos nossos projetos desde a creche. A Gise Y., Marina, Laurita Z., Moni e Gise R. pela cumplicidade de todos estes anos. A Aleida, Laurita B., Lucre, Cynthia e Fernanda pelo afeto via WIFI 24/7.

Felizmente essa rede continuou se ampliando com pessoas maravilhosas que conheci aqui no Brasil; gostaria de agradecer ao meu querido Dani F. pela nossa amizade 100% gramsciana, por rirmos do nosso pessimismo e abraçarmos com profunda convicção algum otimismo isolado. A Leo, Aquilas e Almara pelo carinho com que me receberam lá por 2021 e pelos projetos em comum que nos fortalecem como companheiros/a de luta. Ao Miguel com quem dividimos as alegrias e as penas que vivemos como expatriados. As minhas queridas colegas do Clube de leituras feministas -Aila, Samara, Dalila, Livia, Kelly, Vivian, Larissa, Juliana, Franciele e Loraine - mulheres sensacionais que botam fogo no parquinho com seus questionamentos políticos e me acolhem com afeto desde o primeiro dia.

As/aos amigas/os que a PUC-SP me deu: Rafael e Ricardo, meus adorados moranginhos, por construirmos consubstancialmente nossos projetos de pesquisa e nossas amizades; a Ícaro, Gisele, Tabata e Barbara pelo carinho e pelos desabafos que nos ajudam a tornar a vida mais leve; ao Samuel, meu camarada feminista, que divide comigo reflexões profundas e suas maravilhosas músicas. Ao Mansur, Nelson e Orlando por terem me explicado com paciência muitas brasilidades que me permitiram entender melhor meu novo lar.

Agradeço as queridas Católicas pelo Direito de Decidir-BR assim como a outras mulheres admiráveis que encontrei pelo mundo, especialmente as companheiras da Campaña Nacional por el Derecho al aborto legal, seguro y gratuito da Argentina, que me ensinaram que o pessoal é inexoravelmente político e que a organização coletiva é a única forma de construir uma sociedade justa. Infinita gratidão.

Por fim, gostaria de agradecer ao meu *big bang*, minha mãe Malena, que sempre acompanhou com respeito e carinho cada decisão que tomei; talvez ela não perceba que com seu exemplo de vida me ensinou a não ficar indiferente diante do sofrimento humano; dedico a ela esta dissertação sobre o processo político de reconhecimento de uma demanda histórica de nós, mulheres argentinas, que visa acabar com tantos anos de sofrimento e mortes evitáveis.

Que sejamos cada vez mais livres.

RESUMO

A partir da redemocratização em 1983, a agenda dos direitos sexuais e reprodutivos adquiriu particular centralidade na arena política argentina. A Campaña Nacional por el Derecho al aborto legal, seguro y gratuito liderou a construção de uma narrativa que questionava concepções moralizantes sobre a sexualidade das mulheres, historicamente construídas e legitimadas pela Igreja Católica. Com o paulatino reconhecimento de direitos, surgiram atores neoconservadores que tentavam evitar esses avanços na ampliação da cidadania sexual. Este trabalho visa analisar a construção da narrativa do neoconservadorismo católico durante os dois debates parlamentares de descriminalização do aborto (2018-2020) no país. Ancorada nos estudos empíricos da Ciência da Religião, nesta pesquisa se reconstroem os argumentos religiosos que entraram em jogo e as estratégias para sua legitimação, como também os debates sobre a laicidade do Estado a hora de regulamentar a vida de todos e todas.

Palavras-chave: neoconservadorismo católico- feminismo- aborto- Ciência da Religião.

ABSTRACT

After the redemocratization in 1983, the sexual and reproductive rights agenda acquired particular centrality in the Argentine political arena. The Campaña Nacional por el derecho al aborto legal, seguro y gratuito led the construction of a narrative that questioned moralizing conceptions about women's sexuality, historically constructed and legitimized by the Catholic Church. With the gradual recognition of rights, neoconservative actors emerged who tried to prevent these advances in expanding sexual citizenship. This work aims to analyze the construction of the narrative of Catholic neoconservatism during the two parliamentary debates on the decriminalization of abortion (2018-2020) in the country. Anchored in empirical studies of Religious Studies, this research reconstructs the religious arguments that came into play and the strategies for their legitimation, as well as the debates on the laicity of the State when it comes to regulating the lives of all men and women.

Keywords: catholic neoconservatism- feminism- abortion- Religious Studies.

SUMÁRIO

PONTO DE PARTIDA. Mulher, militante, pesquisadora	10
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1. O longo caminho até a legalização do aborto na Argentina	13
1.1 Antecedentes na relação Estado argentino- Igreja Católica e suas implicações nos direitos sexuais e reprodutivos	13
1.2 Cenários políticos dos debates parlamentares de descriminalização do aborto 2018-2020	29
CAPÍTULO 2. Debate parlamentar em 2018: atores, narrativas e controvérsias	37
2.1 Configuração do Congresso Nacional	37
2.2 Análise das falas das/os congressistas	39
CAPÍTULO 3. Debate parlamentar em 2020: atores, narrativas e controvérsias	50
3.1 Mudanças e continuidades na configuração do Congresso Nacional	50
3.2 Análise das falas das/os congressistas	52
CAPÍTULO 4. Narrativas em disputa a partir das relações de força entre o neoconservadorismo católico e o feminismo.	62
4.1 Conceitos envolvidos, estratégias para a sua construção e pontos de inflexão	62
4.2 Narrativas visuais: elementos estéticos e políticos em jogo	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80
FONTES	87

PONTO DE PARTIDA. MULHER, MILITANTE, PESQUISADORA.

Considerando que a produção científica é constitutivamente política acho necessário escrever esta primeira seção fazendo um exercício epistemológico que permita explicitar o meu lugar como pesquisadora em Ciência da Religião e os desafios que enfrentei ao fazer este estudo.

Minha conexão com meu tema de pesquisa é bem estreita. Durante 10 anos fui militante da Campaña Nacional por el Derecho al aborto legal, seguro y gratuito na Argentina; ainda participei das oficinas dos Encontros Nacionais de Mulheres nos quais foi se elaborando o projeto de lei de descriminalização do aborto tratado pelo Congresso Nacional em 2018. Por isso, este estudo pode-se ancorar na perspectiva metodológica de pesquisa-militante, como aquela associada a práxis social, a uma dimensão reflexiva e crítica onde as fronteiras entre pesquisa e experiências e práticas sociais são vistas como pontes (GAGO, 2019).

Além disso, as narrativas que foram construídas pelos grupos políticos analisados neste trabalho expuseram concepções, expectativas, mandatos culturais sobre nós -mulheres-, nossa sexualidade e nossas liberdades. Quer dizer que as narrativas que foram aqui analisadas atravessaram-me em diferentes dimensões: como mulher, como pessoa com possibilidade de gestar e como militante feminista.

Seguindo os questionamentos que o prof. Silas Guerreiro (2010) faz a falsa dicotomia positivista objetividade-subjetividade no campo da Ciência da Religião, entendi que a profundidade do meu conhecimento sobre o tema de pesquisa tinha que ser considerada uma vantagem; porém, apresentava-se como desafio garantir a rigorosidade no desenvolvimento do estudo. Em virtude disso, tive que me posicionar como cientista frente ao meu objeto de estudo e pensar-me constantemente, exercitando uma flexibilidade metodológica que permitisse me distanciar e me aproximar quando for apropriado. Nesse processo, adquiriu relevância a revisão e identificação de possíveis pré-conceitos e opiniões pessoais sobre os grupos religiosos (e não religiosos) que fazem parte desta pesquisa. Assim, resultou necessário criar estratégias que favorecessem o desenvolvimento de uma vigilância epistemológica (BOURDIEU, 2015) genuína. É aqui que a revisão da minha orientadora e entre pares - mesmo com colegas que não necessariamente compartilhavam o meu objeto de estudo - surgiu como uma ferramenta fundamental que visou garantir o rigor científico da minha pesquisa.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a Argentina vivenciou a massificação do Movimento Feminista que vem disputando significados em torno da sexualidade, da autonomia sobre os corpos e do lugar das mulheres na sociedade. O aborto começou a se instalar na arena política como uma demanda histórica que precisava ser discutida e legalizada, materializando-se em lei em dezembro de 2020.

Historicamente, o campo da sexualidade foi disputado por uma multiplicidade de atores que tentavam questionar estruturas relacionadas a heteronormatividade e ao reforço do desejo da maternidade como natural nas mulheres; no caso argentino, a Igreja Católica tem liderado a construção e a defesa dessas narrativas conservadoras, inclusive tentando invisibilizar do espaço público a pluralidade de perspectivas teológicas dentro da tradição católica.

Nas últimas décadas, diante do avanço na conquista de direitos sexuais e reprodutivos dos Movimentos Feminista e da diversidade, os setores católicos neoconservadores foram se organizando de diferentes formas tanto dentro do estado (ocupando vagas em ministérios, exercendo funções como congressistas, entre outros) quanto na sociedade civil (principalmente em ONG's e associações civis), no intuito de reforçar e legitimar narrativas religiosas como a base da vida social do povo argentino. A defesa da lei natural e da vida desde a concepção assim como dos valores cristãos como base da democracia, são algumas das bandeiras que estes setores defendem.

Este trabalho tem como objetivo analisar a construção da narrativa do neoconservadorismo católico na Argentina durante os dois debates parlamentares de descriminalização do aborto (2018-2020); para isso foi necessário recuperar ao mesmo tempo as estratégias dos setores favoráveis a legalização para mostrar como as relações de força foram mudando o foco das discussões e, por tanto, das estratégias argumentativas desenvolvidas pelos atores sociais.

A relevância deste estudo centra-se na análise das diferentes perspectivas políticas em jogo durante os debates parlamentares sobre a sexualidade das mulheres e as pessoas com possibilidade de gestar, seu reconhecimento como sujeitos de direito com autonomia na toma de decisões e, em particular, sobre a laicidade do Estado a hora de legislar sobre o assunto. Neste sentido, ancorado nos Estudos Empíricos da Ciência da Religião, a importância do estudo é compreender como os atores do neoconservadorismo católico foram tecendo

diferentes estratégias para legitimar suas narrativas religiosas no intuito de manter sua hegemonia na arena política e na construção da legislação.

Para isso, fomos desenvolvendo uma pesquisa qualitativa utilizando como fontes os diários das sessões do Congresso em 2018 e 2020, nas que foram discutidos os projetos de descriminalização do aborto; também foram consultados jornais nacionais e internacionais que deram cobertura aos eventos, vídeos de sessões e publicações em páginas oficiais dos diferentes atores sociais envolvidos (Campaña por el Derecho al Aborto, Salvemos las dos vidas, Com mis hijos no te metas, entre outros).

O trabalho está dividido em quatro capítulos com dois apartados cada um. O primeiro capítulo intitulado “O longo caminho até a legalização do aborto na Argentina” foi construído para fazer uma contextualização histórica da relação Estado argentino- Igreja Católica e suas implicações nos direitos sexuais e reprodutivos; embora o objeto da minha dissertação não seja a história argentina *per se*, achamos importante trazer elementos para compreender o contexto político, social, econômico e religioso de modo de entender de uma forma mais profunda os acontecimentos aqui analisados.

O segundo e terceiro capítulo referem-se aos debates parlamentares em 2018 e em 2020 respectivamente; ali se reconstroem as configurações do Congresso Nacional e posteriormente fazemos uma análise das falas das/os congressistas. As fontes analisadas foram os Diario de Sesiones da Camara de Diputados (8ª reunión – 7ª sesión ordinaria- período 136º) do 13 de junho de 2018, do Diario de Sesiones do Senado (10ª reunión - 5ª sesión especial- período 136º) do 8 e 9 de agosto de 2018; o Diario de Sesiones da Câmara de Diputados (17ª reunión – 14ª sesión ordinaria (especial remota) do 10 de dezembro de 2020 e do Diario de Sesiones do Senado (período 138º- 28ª reunión - 23ª sesión especial) do 29 e 30 de dezembro de 2020. A partir dessas fontes analisamos os argumentos dos atores envolvidos para construir e legitimar suas narrativas.

No capítulo 4, “Narrativas em disputa a partir das relações de força entre o neoconservadorismo católico e o feminismo”, fazemos uma análise dos conceitos envolvidos nas discussões, as estratégias para a construção de narrativas e pontos de inflexão nesse processo. Também achamos importante fazer uma análise das narrativas visuais destes setores antagônicos, reconhecendo elementos estéticos e políticos em jogo.

Por último, as conclusões finais se orientam a recuperar os principais achados, fazendo reflexões sobre o processo de construção das narrativas do neoconservadorismo católico e manifestando novos questionamentos para aprofundar as discussões sobre o tema.

CAPÍTULO 1- O longo caminho até a legalização do aborto na Argentina

1.1 Antecedentes na relação Estado argentino- Igreja Católica e suas implicações nos direitos sexuais e reprodutivos

Como já sabemos, a presença da Igreja Católica na América Latina remonta-se a época da colonização europeia; a catequização foi uma ferramenta fundamental para legitimar esse processo de exploração, implantando-se o sistema sociocultural judeu-cristão como marco de referência de sociabilidade e organização social. Com o passar dos séculos e a configuração dos estados-nação a Igreja teve um papel dominante na vida política e social (DOLABJIAN e MARTINEZ, 2020).

Particularmente na Argentina, como sinala Juan Cruz Esquivel (2009), “considerando que as fronteiras entre o político e o religioso mostraram certa porosidade, resulta necessário desvendar a lógica subjacente de um vínculo complexo que teve consequências na matriz política, cultural e social” (p.103)¹. É fundamental explicitar aqui que quando nos referimos a Igreja Católica, estamos fazendo referência estritamente às ações da sua hierarquia. Esta abordagem será usada nesta primeira parte para caracterizar a constituição histórica da relação Estado-Igreja; porém, iremos reconstruindo analiticamente outras perspectivas que convivem e entram em disputa no campo católico, reconhecendo as *controvérsias* dentro dele. A antropóloga Paula Montero (2012) explica o potencial do uso desta categoria para as pesquisas na esfera pública:

“A noção de “controvérsia” ganha um papel estratégico e um estatuto teórico relevante ao permitir ao mesmo tempo que se compreendam os processos de mediação no qual as categorias de um campo discursivo se movem para outro produzindo traduções e, conseqüentemente, novas significações; que uma multiplicidade de pontos de vista se tornem visíveis e possam ser descritos simultaneamente; e, finalmente, que uma variedade de atores, não apenas religiosos, possam ser descritos em suas interações” (MONTERO, 2012; p.178)

Para complementar a análise, usaremos a categoria *acontecimento* como uma chave de leitura que permite reconstruir um cenário político e compreender a dinâmica das relações de força dos atores sociais ali envolvidos. É o caso dos debates parlamentares que serão analisados nesta pesquisa; dessa forma, poderemos compreender mais profundamente as estratégias que esses atores utilizam para construir *narrativas*, isto é, a partir de recursos discursivos/perfomáticos (imagens, textos e sons) se desenvolvem sínteses expositivas de formas simbólicas instituintes de representações sociais, definidoras dos atores políticos e de

¹ Os textos bibliográficos em espanhol foram traduzidos por mim para o português. As falas dos e das parlamentares conservam o idioma espanhol.

seus projetos (HERRERIRA e LOPES; 2021). Desta forma, é possível visualizar e compreender controvérsias a partir da análise das narrativas dos diversos atores envolvidos nos acontecimentos que iremos reconstruindo. Também utilizaremos a denominação “neoconservadorismo”² para nos referir ao processo de politização do religioso e do moral que dá lugar a um ativismo conservador que busca recristianizar a ordem pública (VAGGIONE, 2022). Embora seja um ativismo que tem continuidades com o papel histórico do religioso – isto é, com o conservadorismo-, Juan Marco Vaggione (2022) explica que “inaugura estratégias e instrumentaliza marcos argumentais que desafiam a compreensão da política democrática” (p.3).

Ao longo dos anos podem-se identificar aproximações e confrontos do poder eclesiástico com o poder político (do Estado), segundo Esquivel (2009), “caracterizados pelas margens concedidas pela sociedade política para que a instituição religiosa influencie as políticas públicas e a legislação com os princípios da sua doutrina” (p.103).

Um dos primeiros acontecimentos significativos desde a organização do Estado, foi a atuação da Igreja como fortalecedora de uma identidade comum como nação baseada nos valores cristãos, sendo os artigos N°2 e N°76 da Constituição Nacional de 1853 um reflexo do esquema do poder da época. O primeiro estabelece que o governo federal mantém o culto católico apostólico romano, enquanto o segundo, a obrigatoriedade do/a Presidente e Vice-presidente de praticar o catolicismo. Com essas normas, os constituintes outorgaram “um papel decisivo na coesão cultural da população, diante de uma formação política ainda frágil e com dificuldades para se consolidar” (ESQUIVEL, 2009: p. 106). Cabe ressaltar que, embora teve 7 reformas constitucionais feitas nesses 169 anos, o artigo N°2 continua em vigência. Porém, o artigo N°76 foi modificado na reforma do ano 1994 e é importante ressaltar a revogação de um outro artigo naquele momento, que estabelecia que o governo federal tinha que “promover a conversão dos indígenas ao catolicismo”³.

A diferencia de outros países latino-americanos como Uruguay, Brasil, Chile e Mexico que foram explicitamente tentando se separar, “o Estado argentino manteve uma postura de conservação dos mecanismos do padroado, garantindo o controle do Estado sob esta instituição e admitindo dessa forma uma certa confessionalização da cidadania” (MAURO,

² Porém, temos que explicitar que no campo religioso existe uma ampla discussão sobre como conceituar esses movimentos: conservadorismo, neoconservadorismo, ultraconservadorismo, fundamentalismo, entre outros.

³ Mariana Catanzaro Román faz uma análise das complexas relações da Igreja Católica e os governos argentinos, com foco no marco jurídico. Disponível na página oficial da Corte Interamericana de Direitos Humanos: <https://www.corteidh.or.cr/tablas/r38207.pdf>

2016, p.47). Porém, durante o século XX nos países mencionados “o Catolicismo começou a se constituir em um ator com peso institucional, enquanto na Argentina detecta-se uma irrelevante presença dos partidos confessionais católicos na arena eleitoral, a inexistência de uma bancada confessional institucionalizada e que funcione com sistematicidade” (MAURO, 2016, p.115). Na história argentina os partidos políticos conservadores, particularmente os que tinham uma base católica, tiveram seu auge na década de 1930, mas não conseguiram se manter na arena política por muito tempo (TATO, 2004).

Desde sua gênese Argentina não foi concebida como um estado laico mas, como expressam alguns autores (ESQUIVEL, 2009; VAGGIONE, 2011) tampouco como um estado confessional; a historiadora Bianchi (1994) explica que historicamente “a preocupação eclesiástica se concentrou nos avanços do Estado nas áreas que a Igreja considerava da sua particular incumbência: educação, família, organizações intermediárias, assistência social; áreas que também eram consideradas fundamentais para o projeto de catolização da sociedade” (p.28).

Pode-se pensar em alguns acontecimentos em particular que foram paradigmáticos neste sentido e marcaram pontos de inflexão na relação Estado-Igreja. Um deles tem a ver com o surgimento do Peronismo como projeto político que se deu da mão da Igreja Católica na década de 1940; com um férreo discurso anti-comunista, Juan Domingo Perón assumiu a presidência com “discursos carregados de efervescência religiosa e inspirados, como ele dizia, nas encíclicas papais do León XIII, Pio XI y Pio XII” (BIANCHI, 1990, p.25); essas falas explicitamente referiam-se a reconstruir a moral do país e a fortalecer a família como núcleo fundacional da sociedade. Tanto o Peronismo quanto a Doutrina social católica se apresentavam como “terceiras” posições frente ao individualismo capitalista e ao coletivismo comunista. O ponto principal de contato era a ideia de superação dos conflitos sociais por meio da conciliação -promovida pelo Estado- e a necessidade de desenvolver políticas distributivas as quais o movimento peronista e o catolicismo definiam como justiça social (BIANCHI, 1990).

Esta aliança potenciou a massificação do peronismo junto com essas narrativas católicas na classe operária; porém, com a consolidação do estado de bem-estar, a ampliação de direitos tensionava alguns interesses da Igreja. Particularmente em relação com as mulheres, como sinala Bianchi (1990) embora tanto para a Igreja quanto para o Peronismo o papel social da mulher dentro da sociedade estava ligado a família, o governo peronista se mostrou progressista em relação com a participação política das mulheres em geral, consolidada no reconhecimento do direito ao voto feminino (1947) e na organização do partido Peronista

Feminino (1949). A Igreja tomou essas iniciativas como uma influência negativa na “tradicional piedade das mulheres que promovia a instituição” (BIANCHI, 1990, p.25)

O Peronismo teve cada vez mais presença na vida social; além do afastamento da Igreja do campo da assistência social, foi ganhando presença na área educativa – com quadros de Peron nas salas de aula e com leituras obrigatórias para as crianças sobre a vida do presidente e da sua esposa, Eva Duarte-. A doutrina justicialista foi se consolidando baseada na triada “independência económica, justiça social e soberania política” e com uma identificação das classes populares com o Peronismo; apresentada como uma adesão incondicional as figuras de seus líderes, Juan Domingo Perón e Eva Perón, revestidos com rasgos de sacralidade, foram incorporando-os a uma simbologia religiosa como o caso da construção de altares com a figura de algum dessas figuras; inclusive o nascimento do Peron foi considerado por alguns como “la Navidad de la Nueva Argentina” (BIANCHI, 1990). Ser peronista significava assumir o peronismo como uma nova forma de religiosidade que incorporava inclusive os símbolos da religião institucional, deslocando o sentido católico. Essas expressões de religiosidade popular começaram a ser chamadas de “Cristianismo Peronista/Justicialista” (BIANCHI, 1990; VAZQUEZ, 2017). Junto com isso, a relevância pública que tomaram o Espiritismo e o Pentecostalismo na década de 1950 fizeram que a Igreja Católica sentisse ameaçada sua hegemonia⁴.

Corbetta e Moreno (2015) explicam que o Espiritismo chegou ao país da Espanha a fins do século XIX e sempre manteve um grupo pequeno de praticantes. Porém, na década de 1940 foi se institucionalizando uma corrente espírita que foi conhecida como Escuela Científica Basilio. Segundo Susana Bianchi (1990), o primeiro conflito aberto entre a Igreja e o governo foi por causa de um ato público da Escola espírita mencionada no estádio Luna Park em 15 de outubro de 1950. O ato foi organizado sob a consigna “Jesus no es Dios” e foi considerado blasfêmia pela Igreja; entre os rituais que inauguraram o ato, foi lido uma mensagem do presidente Perón e da sua esposa, Eva Duarte, quem manifestavam seu apoio a celebração. Isto gerou um forte confronto com a Igreja, que começou a acusar ao governo peronista de anti-católico (BIANCHI, 1990; p.33).

Por outro lado, o Pentecostalismo chegou a través de missionários dos Estados Unidos a fins da década de 1940. A Igreja Católica tinha ‘aceitado’ as igrejas protestantes de origem migratório sempre que se limitassem a missionar nas suas comunidades nacionais (BIANCHI,

⁴ Cabe ressaltar que na Argentina o censo nacional não tem categorias relacionadas com crenças religiosas. As pesquisas sobre este tema são focalizadas e não contamos com series históricas que permitam fazer um seguimento rigoroso de quantidade de fiéis.

1990); porém, o pentecostalismo não estava ligado a nenhum grupo nacional e encontrava suas bases de recrutamento nas classes populares urbanas. O conflito ficou evidente em 1954 - combinado com um deterioro crescente das relações entre Igreja e governo peronista- quando o predicador norte-americano Theodore Hicks fez um ato público em um estádio esportivo da cidade de Buenos Aires. Explica Bianchi (1990) que o ponto de conflito foi o apoio do governo a missão pentecostal, inclusive recebendo ao pastor na Casa de Governo.

A Igreja pedia ao governo garantir a sua hegemonia como religião, reforçando a ideia da Argentina como um povo católico. Assim foi fortalecendo-se sua posição contrária ao Peronismo, como nesta publicação na Revista Eclesiástica del Arzobispado de Buenos Aires em 1952 na qual a Igreja manifesta sua postura:

“Si hay una verdad cierta e indiscutible entre los principios generales del derecho público eclesiástico es la del deber de los gobernantes, en un Estado compuesto en su casi totalidad por católicos y consiguientemente, gobernado por católicos, de informar la legislación en sentido católico. Lo que implica tres inmediatas consecuencias:

- 1) La profesión social y no solamente privada de la religión del Pueblo;
- 2) La inspiración cristiana de la legislación;
- 3) La defensa del patrimonio religioso del pueblo contra cualquier asalto de quien quisiera robarle el tesoro de su fe y de la paz religiosa” (IGLESIA Y ESTADO, 1952, p.352).

Com os anos foram surgindo diferentes correntes dentro do peronismo que se identificavam com leituras mais conservadoras do movimento e do catolicismo - principalmente no que se refere a família e a sexualidade- e outras antagônicas, que viam ao peronismo como uma possível fase de transição ao socialismo. Essas formas diferenciadas de entender a doutrina justicialista foram chamadas de ‘peronismo de direita’ e ‘peronismo de esquerda’, respectivamente. É importante trazer a discussão a chegada ao país de diferentes grupos laicos católicos conservadores que naquela época começaram a ter uma participação mais ativa na arena política, particularmente na aliança com setores do Peronismo de direita.

A organização brasileira ‘Tradição, família e propriedade’ começou a atuar no país em 1967 e, embora teve uma participação ativa através de publicações de livros e revistas, não foi um ator de relevância política como em países como Chile (RUDERER, 2012). Porém, a Opus Dei chegou da Espanha na região de Argentina e Chile na década de 1950 e segundo a socióloga Gaymer Mogro (2005), sua atividade se orientou a legitimar uma ordem social estratificada; entre as funções sociais do imaginário religioso da organização, “a visão do mundo da Opus Dei serve de complemento moral do capitalismo moderno nos países católicos, na medida que seu imaginário religioso sobre o trabalho legitima e reproduz as

orientações da classe dominante” (GAYMER MOGRO, 2005, p.6). A autora avança explicando que a concepção da Opus Dei sobre os roles de gênero, os discursos reguladores e as práticas disciplinares no campo da sexualidade, legitima a organização social e os interesses econômicos e sociais da classe dominante assim como contribui na reprodução do modelo econômico imperante (GAYMER MOGRO, 2005). Diversos setores do ‘peronismo de direita’ e da oligarquia nacional tiveram relação direta com a Opus Dei e apoiaram a organização do golpe de Estado de 1976 (RODRIGUEZ, 2010).

Durante a Ditadura Cívico-Militar⁵ 1976-1983, o governo militar utilizou o terrorismo de Estado como estratégia para instalar o neoliberalismo como modelo de economia. Militantes peronistas de esquerda (liderado pela organização Montoneros) e comunistas (como Fuerzas Armadas Revolucionarias (FAR) e Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP)) foram perseguidos, assassinados e ainda hoje continuam desaparecidos. Nesses anos as relações do governo de facto com a hierarquia da Igreja Católica foram se reforçando, provocando uma revitalização dela como ator chave no campo político e da moral cristã como base da vida social. Teve diferentes materializações dessa relação íntima, como foram os decretos pelos quais o governo argentino se obrigava a pagar salários a bispos e auxiliares, aposentadorias vitalícias, viagens ao estrangeiro e as províncias de membros da Igreja, bolsas para seminaristas e auxílios a sacerdotes que moravam nas fronteiras⁶. Segundo Bessone (2017), uma das principais preocupações da Igreja constituía-se na necessidade de “‘sanear’ o país da propagação de ideologias anticristãs -principalmente o comunismo-, consideradas inimigas da família e encorajadoras de patologias e imoralidades sexuais” – sendo a homossexualidade entendida como uma delas- (p.4).

Nesse mesmo cenário, destaca-se as controvérsias geradas pela atuação do Movimiento de Sacerdotes para el Tercer Mundo (MSTM), como força política contrária a hierarquia eclesiástica. Fundado em 1967 dentro da Igreja católica argentina -a partir do Concílio Vaticano II e posteriormente fortalecido com a Conferência de Medellín (Colômbia, 1968) -, tentava articular a ideia de renovação da Igreja com uma forte participação política e social dos sacerdotes nos bairros vulneráveis. Chamada Teologia do Povo -e diferente da

⁵ Existe uma discussão no campo acadêmico e da militância sobre a forma de nomear a última ditadura. Muitos setores falam da “ditadura cívico-militar-eclesiástica”, tentando destacar a participação ativa da hierarquia da Igreja Católica no terrorismo de Estado. Ana Soledad Montero problematiza o efeito de sentido que tem a utilização dos diferentes termos na conceituação do Golpe de Estado de 1976.

<https://doi.org/10.14409/es.2022.1.e0015>

⁶ <https://www.ambito.com/politica/iglesia-y-estado-asuntos-separados-el-congreso-ya-hay-nueve-proyectos-danza-n4032895>

Teologia da Libertação-, esta corrente visava aprofundar a Doutrina Social da Igreja⁷; daí a forte articulação que tinha -e ainda tem- com setores do peronismo de esquerda. Com o processo de recuperação democrática em 1983, organizações de direitos humanos e grupos religiosos liderados pelo MSTM denunciaram a cumplicidade de membros da hierarquia católica com as Forças Armadas nas perseguições e torturas durante aquele período⁸; dessa forma, a Igreja começou a ver questionada a sua legitimidade por amplos setores sociais (ESQUIVEL, 2000; p.3).

Nas duas décadas posteriores (1980-1990), a instituição vivenciou o desvanecimento do seu monopólio no campo religioso, o qual tinha cimentado durante séculos legitimidades recíprocas com o campo político; diversas pesquisas mostram nesse mesmo período, uma perda significativa de crentes católicos e um aumento exponencial de crentes evangélicos (MALLIMACI, GIMÉNEZ BÉLIVEAU, ESQUIVEL, E IRRAZÁBAL, 2019)⁹. Esta pluralização religiosa implicou uma perda de poder da Igreja, principalmente na possibilidade de continuar com a monopolização de narrativas religiosas no campo político.

Em concordância com isso a crescente organização dos movimentos feminista e LGBTQIA+ tornou-se relevante na construção de narrativas que começaram a politizar a sexualidade, reivindicando a laicidade como elemento estruturante do novo regime democrático. Desde 1986, foi construindo-se um espaço coletivo que começou a convocar as diferentes organizações feministas que atuavam em todo o país. O Encuentro Nacional de Mujeres foi tornando-se um dispositivo democrático de referência para debater sobre a situação das mulheres e as diversidades sexuais e para definir estratégias políticas do Movimento Feminista¹⁰. Anualmente, durante os três dias que dura cada encontro, funcionam oficinas de trabalho em temas particulares -em 2019 foram 87 oficinas temáticas¹¹, entre as quais figuram educação, saúde, trabalho, povos originários- e, a partir delas, se organizam

⁷ Atualmente o movimento é chamado Curas en la Opción Preferencial por los Pobres. Farei referência a este movimento nas próximas secções para contextualizar o pensamento e atuação do Jorge Bergoglio (agora Papa Francisco) na Arquidiocese de Buenos Aires.

⁸ Em 1983, a criação da Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (CONADEP) teve como objetivo receber milhares de testemunhas de pessoas detidas e torturadas e familiares de vítimas do terrorismo de Estado; no relatório final publicado sob o nome de “Nunca más”, aparecem registros da participação chave de membros da Igreja Católica na perseguição, tortura e desaparecimento de pessoas. Livro disponível em: <http://www.desaparecidos.org/arg/conadep/nuncamas/>

⁹ Nas mencionadas pesquisas, em 2008 os evangélicos representavam o 9, 1% da população total do país, valor que aumentou para o 15, 3% em 2019 (Mallimaci, Giménez Béliveau, Esquivel, e Irrazábal, 2019)

¹⁰ No livro “Mujeres que se encuentran Una recuperación histórica de los Encuentros Nacionales de Mujeres en Argentina (1986-2005)”, Amanda Alma e Paula Lorenzo analisam detalhadamente a trajetória deste espaço coletivo, as mudanças na organização, as conquistas, os obstáculos e os desafios a partir de testemunhas das participantes.

¹¹ Dado extraído da página da Defensoria del Pueblo de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Disponível em: <http://defensoria.org.ar/noticias/se-realizo-el-34-encuentro-nacional-de-mujeres/>

planos de trabalho para resolver as problemáticas identificadas. Com os anos foi se fortalecendo essa articulação do Movimento Feminista¹² e, a partir das discussões e as ações planejadas nos Encuentros de Mujeres, foram elaboradas campanhas que conquistaram a lei de cotas de mulheres e diversidade no mercado de trabalho e no Congresso, a lei de violência de gênero e os programas de saúde sexual e reprodutiva. Desde o retorno do Estado de direito em 1983, os conflitos sobre a ampliação e reconhecimento dos direitos de cidadania sexual foram os eixos centrais da dinâmica da democracia e a Igreja Católica caracterizou-se pela constante oposição ao tema (PECHENY, JONES & ARIZA, 2016).

A recuperação democrática começou com o governo de Raúl Alfonsín, pertencente ao partido da Unión Cívica Radical (UCR); com posturas progressistas no campo da sexualidade, historicamente foi um espaço político que não tinha feito declarações públicas sobre aspectos relacionados com o âmbito religioso. Desde sua vitória eleitoral em 1983 o partido foi percebido como uma ameaça aos valores cristãos, principalmente à família cristã como instituição preexistente culturalmente ao Estado (BESSONE, 2020). Diversas medidas tomadas nesse governo como o reforço da educação laica estatal, a permissão de acesso a métodos anticoncepcionais para mulheres e a sanção da lei de divórcio foram fortemente criticadas pelos setores neoconservadores. Além disso, a criação da Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (CONADEP) e a concreção dos Juízos as Fuerzas Armadas pelos crimes de lesa humanidade, tornaram-se acontecimentos de genuína reconstrução democrática, tendo que enfrentar as organizações paramilitares ainda atuantes com cumplicidades da hierarquia da Igreja (MOLINA OCAMPO, 2014).

Porém, durante os 10 anos da presidência de Carlos Menem (1989-1999), o governo manteve uma relação estreita com a Igreja Católica. Argentina se mostrou aliada ao Vaticano nas Conferências do Cairo (1994) e Conferência de Beijing (1995) e desenvolveu estratégias para evitar a implementação de Tratados Internacionais sobre direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Exemplo disso foi a incorporação do Dia da Criança por Nascer ao calendário oficial como explicitação da postura antiabortista e de defesa da vida desde a concepção. Pertencente ao peronismo de direita, o mandatário aprofundou o modelo neoliberal instaurado durante a ditadura militar, o que provocou um dos maiores índices de pobreza da história¹³.

¹² Segundo os registros do Encuentro Nacional de Mujeres, o número de participantes foi cada vez maior, passando de 1.000 em 1986 a 200.000 em 2019. Dado extraído da página da Defensoria del Pueblo de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Disponível em: <https://defensoria.org.ar/noticias/se-realizo-el-34-encuentro-nacional-de-mujeres/>

¹³ Em outubro de 2001 o Centro de Estudios Distributivos Laborales y Sociales (Cedlas) da Universidad de La Plata, publicou um relatório que mostrava que o 46% da população se encontrava em situação de pobreza. Link de acesso: <https://www.cippec.org/wp-content/uploads/2019/07/El-desafio-de-la-pobreza-en-Argentina.pdf>

A profunda crise econômica, política e social que atravessava o país em 2001 propiciou o destaque da Igreja, a qual novamente tornou-se um ator chave na arena política. Desde a Conferência Episcopal Argentina cobrou relevância a figura do Arcebispo de Buenos Aires, Jorge Bergoglio; diferentes depoimentos começaram ser divulgados pela mídia e nas paróquias, estabelecendo que a origem da crise se encontrava na dissolução da moral e os valores da sociedade (ESQUIVEL, 2009). A Igreja configurou-se como uma peça fundamental na coordenação intersetorial para afrontar a crise de 2001. Em janeiro de 2002 junto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), lançaram a Mesa de Diálogo, um espaço que reuniu a diferentes setores sociais, econômicos e políticos para fazer acordos e superar a crise. Conformaram-se 5 comissões de trabalho -socio-laboral- produtiva, saúde, educação, reforma política e reforma judiciária- e, depois de três meses de discussões em diferentes monastérios da cidade de Buenos Aires, foi publicado um documento formal chamado “Bases para las reformas: principales consensos”, o qual foi apresentado ante o Congresso para sua aprovação. Dessa forma, a Igreja voltou a se posicionar no campo político como um ator legitimado pelos distintos setores sociais e, fundamentalmente, com um papel pacificador¹⁴.

A partir de 2003 o governo de Nestor Kirchner marcou a chegada do peronismo de esquerda ao poder em consonância com um processo regional de governos progressistas na América Latina. O governo se orientou a revitalizar a indústria nacional através da proteção do mercado interno, redistribuindo o PIB a través de políticas sociais integrais e promovendo a participação e organização política da juventude (LARRONDO, 2018). Também desenvolveu um programa de governo com um forte compromisso com os Direitos Humanos, re-veiculando os Juízos aos militares da última ditadura; Kirchner começou a se posicionar contra a ingerência da Igreja na vida política, trazendo à memória a participação ativa da instituição no terrorismo de Estado (MALLIMACI, 2005).

Foi a partir de 2005 que o Feminismo -como coletivo- começou a ganhar destaque público por meio da articulação da Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Legal, Seguro y Gratuito. Lançada em maio daquele ano, configurou-se como uma organização plural e heterogêneo que passou a nutrir diversas agrupações com âncora territorial para desenvolver estratégias políticas em prol da legalização do aborto. A emergência do Movimento Feminista no cenário político foi construindo narrativas que começaram a

¹⁴ <https://www.telam.com.ar/notas/202201/580328-20-anos-aniversario-experiencia-mesa-dialogo-argentino.html>

problematizar os determinantes biológicos da sexualidade e a naturalização dos papéis de gênero colocando-os como construções sociais aprendidas e sacralizadas pela religião.

Assim, a sexualidade, antes circunscrita ao natural e ao privado, passou a ser desafiada por novas narrativas que tentavam secularizá-la. Os argumentos apresentados por feministas e movimentos LGBTQIA+ questionavam dimensões dessa lei natural como a heteronormatividade, a configuração da família cristã tradicional como base da sociedade e a figura da mulher-mãe, impactando de múltiplas formas na sociedade em geral e em atores políticos em particular.

Autoras como Presman (2019) e Elizalde (2018) destacam o fator intergeracional como constituinte da Campaña: “pela primeira vez na história das lutas do feminismo na Argentina, de forma ubíqua, articulou-se uma demanda urgente, como o direito à vida sexual desvinculada da inexorabilidade reprodutiva, em um inédito e potente diálogo entre gerações de mulheres” (Elizalde, 2018). “A Campanha sintetizou como espaço político demandas históricas do feminismo -como o aborto e a autodeterminação sobre os corpos das mulheres- junto com assuntos próprios da experiência vital geracional das jovens -como o assédio de rua, os chamados “micromachismos” e a necessidade de construir uma linguagem inclusiva que reconheça a diversidade-“ (Presman, 2019).

Essa disputa de sentidos voltada para a ampliação dos direitos de cidadania passou a questionar a rede de narrativas católicas que historicamente têm sustentado tanto a organização jurídica argentina quanto as práticas sociais em geral. Esse debate, que foi crescendo ao longo dos anos, tornou visíveis, entre outras questões, as complexas intersecções entre religião e política que caracterizam as nossas democracias contemporâneas. Conforme afirma Vaggione (2016), “para além do estabelecido no direito constitucional ou do limiar da laicidade alcançada, a aprovação, interpretação e aplicação da lei em relação à ordem sexual foi e continua a ser impregnada pela doutrina católica” (p.21); isso significa que mais do que separação e autonomia entre direito e a religião, pode-se pensar em uma constante tensão e rearticulação sobre a doutrina religiosa, sem necessariamente deslocá-la.

Nesse sentido, temos que destacar uma outra organização que veio questionar a narrativa do catolicismo hegemônico: Católicas por el Derecho a decidir. Fundada em 2005, organizando-se nos Encuentros de Mujeres prévios, a instituição tem como missão:

“Promovemos los derechos de las mujeres desde una perspectiva ética, teológica, católica y feminista, especialmente los que se refieren a la sexualidad y la reproducción humana, a través de espacios de reflexión y acción, buscando influir en la sociedad y en las iglesias, en alianza con las diferentes expresiones del

movimiento social local, latinoamericano y global”¹⁵ (Católicas por el Derecho a decidir-AR)

Desde seu surgimento, a organização manteve fortes tensões com a hierarquia eclesiástica. A figura de Jorge Bergoglio como Arcebispo de Buenos Aires foi fundamental na construção das narrativas católicas neoconservadoras durante a presidência da Conferência Episcopal Argentina (CEA) entre 2005 e 2011; ancorado na Teologia do Povo, fazia declarações que “identificam a pobreza, a desigualdade e a destruição do meio ambiente como eixos substanciais para denunciar as consequências sociais de uma organização econômica capitalista e suas diferentes formas de exclusão” (SGRÓ RUATA e VAGGIONE, 2017); porém, mostrou-se abertamente contrário as demandas dos movimentos feministas e de diversidade sexual, mantendo uma postura neoconservadora nesse campo. Nos seus discursos aparecia constantemente a referência a “ideologia de gênero” como uma ameaça para a família e a vida.

Segundo a pesquisa de Jones e Delbucco (2016), identificam-se duas estratégias desenvolvidas pela hierarquia da Igreja argentina entre 2005 e 2011; a primeira teve a ver com a defesa pública da vida com o objetivo de criar e promover uma cultura de defesa do direito a vida. A segunda foi centrar o aborto como uma preocupação política prioritária da Igreja, no intuito de vigiar possíveis avanços do direito ao aborto nas políticas públicas, projetos e lei e sentencias judiciais.

Podemos analisar dois acontecimentos chave no campo dos direitos durante os anos de Bergoglio como Arcebispo: a lei 26.150 sobre Educação sexual integral (ESI) de 2005 e a lei 26.618 sobre “Matrimonio igualitario” de 2010. Em 2005, se discutiu no Congresso os objetivos da lei ESI: incorporar a educação sexual integral nas propostas educacionais para promover atitudes responsáveis em relação à sexualidade e buscar igualdade de tratamento e oportunidades para homens e mulheres¹⁶. Enquanto o projeto era tratado no parlamento começaram a surgir discussões na cena pública em torno de quem devia definir esse conteúdo, quais princípios filosóficos deviam servir de referência conceitual e em qual momento do processo educacional infantil deviam ser incorporados. Os confrontos mais explícitos ocorreram entre dois grupos: os que viam a educação sexual como um direito que devia ser garantido pelo Estado e por aqueles que defendiam o primado das famílias na formação das

¹⁵ Extraído da página web oficial de Católicas por el Derecho a decidir- Argentina. Link:

<https://catolicas.org.ar/nosotros/>

¹⁶

<https://www.argentina.gob.ar/educacion/esi/normativa#:~:text=La%20Ley%20N%C2%80%2026.150,todas%20las%20escuelas%20del%20pa%C3%ADs.>

crianças (ESQUIVEL, 2013). O Arcebispo Bergoglio junto com outros grupos religiosos participou de reuniões com congressistas e ele encabeçou os protestos para tentar evitar a promulgação da lei¹⁷. Nessas manifestações públicas falou que a lei era “más fascista que la que podría hacer Goebbels”, questionou o uso do termo “género” e “la intromisión estatal en temas reservados para los padres”¹⁸.

Naquele momento em particular, pode-se identificar o início de uma profunda politização reativa dos setores religiosos neoconservadores; isto é, ante a ameaça do movimento feminista e da diversidade sexual, instituições e grupos religiosos neoconservadores se organizaram e mobilizaram para evitar o avanço das conquistas no campo da sexualidade (VAGGIONE, 2005; p.7) Uma experiência paradigmática é a campanha “Con mis hijos no te metas”; articulada em toda América Latina, configurou-se como uma rede de organizações religiosas que desenvolveram campanhas visando resguardar essa sacralização da ordem social; para isto, resgatam e focam sua campanha na mensagem que a Igreja Católica tem promovido desde a década de 1990 da “ideologia de gênero” como ameaça à família cristã e a heteronormatividade. Na página oficial deste grupo na Argentina, explicam que é “un movimiento ciudadano que nace como reacción a la imposición de la “ideologia de género” en nuestros hijos en el sector educativo en los diferentes estados soberanos”¹⁹.

Um processo de politização reativa semelhante ocorreu em 2010 com a promulgação da Lei do Matrimônio Igualitário; naquela oportunidade Bergoglio participou dos protestos nas ruas e manifestou:

"Afirmar la heterosexualidad como requisito para el matrimonio no es discriminar, sino partir de una nota objetiva que es su presupuesto"

"El matrimonio como relación estable entre el hombre y la mujer, que se complementan para la transmisión y cuidado de la vida" (CONFERÊNCIA EPISCOPAL ARGENTINA, 2010)²⁰

Como afirma Vaggione (2014) “as ações do movimento pela diversidade sexual na crítica à heteronormatividade da instituição do casamento (a exigência da “complementaridade dos sexos”) evidenciam as formas em que o direito secular se sobrepõe à doutrina católica” (p.219). Ao politizar a aparente separação institucional entre Estado e

¹⁷ <https://www.lanacion.com.ar/cultura/cual-educacion-sexual-nid660485/>

¹⁸ <https://www.pagina12.com.ar/diario/sociedad/3-42811-2004-10-26.html>

¹⁹ <https://conmishijosnotemetas.com.ar/>

²⁰ <https://www.lanacion.com.ar/sociedad/bergoglio-se-puso-al-frente-de-la-marcha-nid1283023/>

Igreja, os movimentos feministas e LGBTQIA+ também apontam a sobreposição entre o religioso e o secular ao considerar as formas como a lei regula a sexualidade e a reprodução.

A lei de “Matrimonio Igualitario” foi promulgada no primeiro mandato de Cristina Fernandez de Kirchner (2007-2011; 2011-2015). As relações com a Igreja nesse período foram ambivalentes; porém, o peronismo de esquerda que representava Cristina Kirchner dialogava com a Teologia do Povo que representava o Arcebispo Bergoglio, principalmente na promoção do diálogo entre classes sociais. Porém, embora a ex-presidente tenha se declarado contra a descriminalização do aborto -inclusive o projeto nunca foi tratado no Congresso durante seus mandatos-, os 8 anos do governo dela favoreceram a ampliação da cidadania sexual; isto gerou confrontações públicas entre o governo e a Igreja. Entre as leis, encontram-se:

- Ley 26.130. Régimen para las intervenciones de contracepción quirúrgica, ligadura de trompas y Vasectomía. 2009
- Ley 26.862. Acceso integral a los procedimientos y técnicas médico-asistenciales de Reproducción médicamente asistida. 2013
- Ley 26.485. Protección integral para prevenir, sancionar y erradicar la violencia contra las Mujeres en los ámbitos en que desarrollen sus relaciones interpersonales. 2009
- Ley 26.743. Identidad de género. 2012

Nesse contexto, as causas estabelecidas no artigo 86 do Código Penal de 1921 como exceções para aceder ao aborto legal, começaram a ser interpretadas de forma mais ampla. Em 2007, o Ministério da Saúde da Nação estabeleceu que o conceito de saúde ia seguir aquele proposto pela Organização Mundial da Saúde: “... saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de afecções ou doenças” (OMS, 1948). Dessa forma, o referencial interpretativo não se reduzia a visões biológicas, mas passaria a contemplar o condicionamento social e os aspectos psicológicos em que se encontrava a solicitante da interrupção. Da mesma forma, em 2012 o Supremo Tribunal de Justiça da Nação, por meio da Sentença 'F, AL' determinou que nos casos de estupro toda mulher tinha o direito de requerer a prática sem protocolar o depoimento policial, conseguindo fazer a interrupção por meio de declaração juramentada no mesmo centro de saúde onde for tratada.

Ressalta-se que essas ampliações nas interpretações da lei (2007 e 2012) geraram novas disputas sobre a sexualidade de mulheres e pessoas gestantes; o impacto desses movimentos

sociais foi gerando modificações nas estratégias políticas dos atores religiosos, provocando sua politização reativa (VAGGIONE, 2005). Trata-se de uma estratégia voltada para a defesa política de uma postura conservadora em relação ao sexual, sendo responsável não só por uma forma de *"desprivatização das religiões nas sociedades contemporâneas"*, mas também por uma ressignificação da relação entre o religioso e o político (VAGGIONE, 2012, p. 58).

Deve-se destacar, como sustenta Mallimacci (2008), que há algumas décadas a Argentina experimenta um avanço do pluralismo religioso que questiona o monopólio da Igreja Católica, mas não a sua hegemonia. O seu poder -simbólico e material- aliado à legitimidade proporcionada pelo elevado percentual da população que ainda se identifica com esta religião, continua a permitir que a sua hierarquia tenha um impacto marcante nas legislações e políticas públicas relacionadas com a sexualidade, família e reprodução (MORÁN FAÚNDES e VAGGIONE, 2012)

Além de reconhecer o poder que as hierarquias religiosas continuam a ter, por meio de argumentos cristãos e de lobby -secretos e públicos-, começa a ser identificada uma diversidade de estratégias que potencializam o impacto na legislação e nas políticas públicas (MORÁN FAÚNDES, 2015). Essa influência religiosa no campo político pode ser analisada em dois níveis: um aspecto institucional, vinculado a partidos políticos que promovem uma agenda sexual neoconservadora, e outro, ao nível de governantes e políticos em geral que atuam a partir de seus espaços e posições contrárias à agenda promovida pelo movimento feminista e LGBTQ + (SGRÓ RUATA e VAGGIONE, 2012).

Diferentes investigações (MUJICA, 2010; MORÁN FAÚNDES, 2011; PEÑAS DEFAGO e CAMPANA, 2011) mostram a proliferação de estratégias de setores religiosos neoconservadores que têm implantado discursos e práticas específicas para bloquear a agenda de direitos sexuais e reprodutivos. Diante do avanço dessa agenda, como já foi mencionado, se aprofundou a articulação de uma rede de atores inter-religiosos que procuravam exercer pressão política nas diferentes instâncias do Estado para gerar um retrocesso em termos de reconhecimento de direitos. Vaggione (2005) explica que a *"ONGuização"* da religião (p.240) é uma das características do ativismo religioso neoconservador; as organizações *"pró-vida"* começaram a participar de maneira ativa na política tentando proteger os valores da família cristã, combatendo abertamente a *"ideologia de gênero"*.

Bessone comenta a presença decisiva no campo político de ONGs, organizações civis e grupos antiabortistas que se encontram em todo o país, que estrategicamente se apresentam como grupos de cidadãos que sem a necessidade de estar vinculados a Igreja Católica se manifestam contra as alterações da ordem social, os valores morais da família e a defesa do

direito jurídico a vida das crianças por nascer (BESSONE, 2017). O pesquisador explica que no caso argentino o movimento “pró-vida” tem um caráter federal e existem espaços com essa característica: a Red Federal de Familias Argentinas e a Red de Universitarios por la Vida. O Congreso Nacional Familia y Vida é realizado anualmente; ali se reúnem diferentes ONGs e coletivos “pró-vida” em encontros de capacitação e formação de líderes e se fazem acordos sobre as estratégias políticas de ação conjunta, principalmente no âmbito do judiciário (BESSONE, 2017, p.39).

Além das organizações profissionais, uma instituição relevante é o da ONG GRAVIDA, entidade vinculada à Pastoral da Vida e da Infância da Conferência Episcopal Argentina e recebe financiamento do Comité para Intervención Caritativa a Favor del Tercer Mundo, a Comisión Episcopal de ADVENIAT para los pueblos de América latina y el Caribe, Ayuda a la Iglesia Necesitada e Subcomité de Obispos para la Iglesia en América Latina; conta com mais de 69 sedes em todo o país e em seu site se apresenta como um "serviço de acompanhamento para a fortalecimento da maternidade vulnerável"²¹. Tem contato com trabalhadores/as dos hospitais e centros de saúde que avisam sobre mulheres que tentam ter acesso aos serviços de aborto para fornecê-las de falsas informações sobre os procedimentos e induzi-las a não abortar. Fazem visitas domiciliares e treinamento especializado para as voluntárias que querem colaborar na cicatrização das "feridas do aborto"²².

Consubstancialmente, os setores neoconservadores se apropriaram de argumentos não religiosos para apoiar sua posição religiosa, estratégia conceitualizada por Vaggione como “secularismo estratégico” (p.242).; essas narrativas são baseadas em discursos científicos, em marcos legais internacionais e no apelo à emoção/sensibilização por meio de imagens - como o uso do ultrassom em campanhas antiaborto. Esta estratégia de procurar argumentos secularizados habilita aos atores dos setores religiosos neoconservadores a desenvolver raciocínios que aparentemente respeitam a laicidade.

Assim, as organizações “pró-vida”, “propagaram um discurso em defesa dos direitos jurídicos e pessoais de pessoas por nascer a partir da ativação de uma linguagem política baseada no tecido de argumentos religiosos e científico-bioéticos” (BESSONE, 2017, p. 41). Desse modo, buscaram reforçar a persistência da noção de ilegalidade e imoralidade da

²¹ <https://gravida.org.ar/>

²² <https://www.pagina12.com.ar/513613-la-campana-pidio-investigar-a-gravida-la-ong-que-obstaculiza>
https://www.pagina12.com.ar/477982-como-operan-los-grupos-antiderechos-encubiertos-y-financiado?ampOptimize=1&fbclid=IwAR3ZVtqy3e5NLvCzteJngtn_5ikN8td8gOmZGJmEyKMOp3g2IMb93SyX6yE

prática no imaginário social e na regulação normativa restritiva. É importante lembrar aqui que a lei natural, que “constitui a base da ordem social e política que não requer adesão de fé, mas da razão” (ROSADO-NUNES e CARRANZA, 2019, p.946), está conformada por valores cristãos. Essa linguagem política de direitos que descreve Bessone (2017), por exemplo, “se orienta a depreciar perante a opinião pública aos defensores do aborto como incentivo à morte de pessoas inocentes” (p.46).

Desde 2013, desde seu lugar como Papa, Bergoglio continuou com uma política neoconservadora sobre a moral sexual e participou ativamente, através de representantes e cartas para fiéis, na argumentação contra a descriminalização do aborto. Em uma carta enviada as “mulheres “villeras” a favor da vida” por meio de uma deputada, escrevia:

“¿Es justo eliminar una vida humana para resolver un problema? ¿Es justo alquilar un sicario para resolver un problema?”²³

Em palavras de Morán Faúndes (2015), “longe de retroceder ou ceder o ingresso dos direitos sexuais e reprodutivos nas agendas públicas, os atores religiosos têm rearticulado sua presença e estratégias, registrando-se de formas renovadas na disputa política das arenas, a fim de impedir o reconhecimento e a aplicação desses direitos” (p.101).

Em 2015, no âmbito da 'Ni una menos'²⁴ – uma massiva manifestação nacional contra a violência de gênero - as mulheres divulgaram em cada um desses eventos o número de mulheres mortas em abortos clandestinos. A partir daquele ano, a crescente cobertura midiática tornou visível a demanda pela legalização da prática. Assim, foi se construindo a narrativa de “militância pela vida” tracionada pelas organizações feministas como antagônica aos lemas dos grupos autodenominados “pró-vida”.

Em um contexto de profunda polarização social e política com o Kirchnerismo, Mauricio Macri ganhou a eleição presidencial em 2015. Com um discurso que destacava a defesa dos valores republicanos e representando interesses empresariais, o presidente eleito implementou políticas regressivas que apagaram direitos trabalhistas e provocaram um aprofundamento da vulnerabilidade social e econômica da classe trabalhadora (NAZARENO, 2019). Em 2018, com maioria no Congresso o projeto de descriminalização do aborto

²³ <https://www.vaticannews.va/es/papa/news/2020-11/papa-francisco-argentina-mujeres-villas-ley-aborto.html>

²⁴ <http://niunamenos.org.ar/>

elaborado pela Campanha desde 2006 foi aprovado para seu tratamento pela primeira vez na história.

1.2 Cenário político dos debates parlamentares 2018-2020.

Segundo Esquivel e Mallimaci (2018), avaliar um projeto de lei implica um múltiplo exercício analítico que, além do conteúdo, não pode se separar do contexto político e das forças sociais que o impulsionam e abalam (p.24). O presidente Mauricio Macri se manifestou desde o começo do seu mandato contrário a legalização do aborto, assim como a maioria dos funcionários do seu governo. Embora vários membros do partido Cambiemos sejam liberais em todos os âmbitos (economia, sexualidade, etc), cabe ressaltar a estreita relação de vários ministros do governo macrista com a Opus Dei, inclusive a proximidade com ONG's e instituições que de diferentes formas estão ligadas a ele²⁵. O governo, seus/suas ministros/as e legisladores/as eram cientes de serem maioria nos assentos do Congresso e, portanto, da inviabilidade da aprovação do projeto. Nesse contexto, em 6 de março de 2018 foi aceito para seu tratamento parlamentar. Como estratégia política buscava-se melhorar a imagem pública reforçando a narrativa de 'governo dialogista', no sentido que um governo liberal no econômico e maioritariamente conservador em termos da moral sexual habilitou a discussão parlamentar de uma demanda histórica do Movimento Feminista Argentino, reclamo que nenhum dos governos progressistas anteriores tinham promovido.

Devemos considerar um antecedente importante para compreender o posicionamento do governo Macri sobre a laicidade: o ano anterior ao tratamento da descriminalização, o Poder Executivo tinha enviado um projeto de lei ao Congresso intitulado "Liberdade Religiosa". Através dele tentava autorizar a objeção de consciência institucional como estratégia para desobedecer às normas vigentes que reconhecem direitos cidadãos diversos, particularmente sobre acesso ao aborto legal. O projeto não foi aprovado, mas como salientam Esquivel e Malimacci (2018) nesse projeto o Estado favorecia o poder institucional da Igreja Católica, providenciando a possibilidade de fazer prevalecer uma posição moral por sobre um direito humano (p.25),

Durante maio e junho de 2018 foram realizados painéis com referências do mundo acadêmico, da militância, religioso e artístico que apresentaram argumentos a favor e contra a legalização. A discussão transcendeu o âmbito do Congresso e o aborto foi tema de debate na

²⁵ Neste caso, a Fundación CONIN, Universidad e Hospital Austral, Casa Ronald Mc Donald, entre outras. Para mais informações sobre esse tema sugiro a leitura do artigo 'Formación para la santidad. Testimonios y casos ejemplares en el Opus Dei' de María Bargo. Disponível neste link: DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8136.118972>

mídia, nas escolas, dentro dos lares e nas ruas. Na cidade de Buenos Aires nesse período, a Campaña Nacional por el derecho al aborto legal, seguro y gratuito organizou atividades nas ruas todas as terças-feiras; a estratégia chamada “martes verdes” promovia shows de música ao vivo, leitura de poesias, entre outras atividades e terminavam com o “pañuelazo” -uma massiva protesta na qual as mulheres estendiam os lenços verdes formando uma maré-²⁶. Como explica Presman (2019) o “pañuelazo” como modo de exercício público de cidadania foi tecendo uma poderosa estratégia de transversalização social da agenda de gênero, potenciada pela visibilidade mediática e a rápida divulgação nas redes sociais.



Fonte: Enredaccion²⁷

Durante esses meses de discussão parlamentar o Papa Francisco fez duas declarações públicas: na primeira descreveu o aborto como o 'nazismo com luvas brancas' e uma segunda, como já foi comentado, comparou-o com contratar um sicário²⁸. As organizações que respondem ao neoconservadorismo religioso também se manifestaram nas ruas convocando a sociedade toda a participar nas chamadas “Marchas por la Vida”; podem-se identificar

²⁶ A massificação do uso dos lenços (verde no caso da luta feminista e celeste no caso dos setores contrários a legalização) tornou-se um significante nas performances no campo político. Uma análise mais aprofundada do uso do lenço como estratégia política será feita no capítulo 4.

²⁷ <https://enredaccion.com.ar/panuelazo-del-19f-mujeres-de-todo-el-pais-se-movilizaran-por-el-aborto-legal/>

²⁸ <https://www.france24.com/es/20181010-papa-francisco-aborto-sicario-controversia>

diferentes elementos que os unem e representam como grupo -o lenço celeste, rosários, bandeiras argentinas, entre outros-. Uma análise mais detalhada deste assunto será desenvolvida no capítulo 4 apartado 2.



Fonte: @marchaxlavidar

O debate parlamentar de 2018 foi acompanhado pela massiva mobilização de grupos “pró-vida” -guiados pela Igreja Católica- e feministas, estabelecendo-se como uma questão central de discussão na mídia.

A discussão na Câmara de Deputados foi no dia 13 de junho de 2018. Naquela instância, a discussão parlamentar se centrou principalmente na questão da *vida* (*tem vida? A vida de quem? Uma vida vale mais do que outra?*). O projeto foi aprovado com 129 votos a favor, 125 contra e 1 abstenção; porém, foi rejeitado pelo Senado em 9 de agosto do mesmo ano.

Com esse resultado, em um comunicado nas redes sociais a Campaña convocou a sociedade toda a participar do ativismo nas redes sociais e nas ruas, promovendo a ideia de não abandonar as ruas depois da rejeição do projeto. Cada semana foi organizado um “pañuelazo” de menor massividade em diferentes cidades da Argentina e em outros países (PRESMAN, 2020). Dessa forma, o objetivo era continuar trabalhando na despenalização social do aborto como meio de alcançar em algum momento sua legalização.

Embora o projeto tenha sido rejeitado o tratamento parlamentar despertou o debate pela laicidade do Estado e instalou a discussão da relação entre política, religião e democracia (FELITTI & PRIETO, 2018). Junto com a discussão parlamentária foram criadas a Campaña Federal por la Separación Iglesia/Estado²⁹ e a Campaña Nacional Por un Estado Laico³⁰ com intenção de garantir a laicidade do Estado na Argentina e acabar com o financiamento estatal da Igreja Católica³¹. Entre as atividades que começaram a desenvolver se encontravam acompanhamento de pedidos de apostasia³², divulgação de relatórios sobre orçamento do Estado destinado a pagamento de salários de sacerdotes, etc. A campanha teve um forte impacto na mídia que divulgou pela primeira vez o investimento real que o governo fazia na Igreja; isto provocou que em novembro de 2018, a Conferência Episcopal Argentina lançasse um comunicado no qual comprometia-se a renunciar gradualmente a receita que recebia do governo³³.

Em 2019 Argentina teve eleições presidenciais e legislativas e a legalização do aborto foi um dos pontos chaves da campanha, exigindo-se a cada candidato/a que sua posição fosse explicitada nos debates públicos. Nas redes sociais os diferentes setores pediam o apoio as suas pautas, como no exemplo da Campaña Salvemos las dos vidas.

²⁹ <https://www.perfil.com/noticias/sociedad/que-significa-el-panuelo-naranja-que-tambien-tomo-las-calles-en-medio-del-debate-por-el-aborto.phtml>

³⁰ <https://www.instagram.com/campestadolaico/>

³¹ <https://www.ambito.com/politica/iglesia-y-estado-asuntos-separados-el-congreso-ya-hay-nueve-proyectos-danza-n4032895>

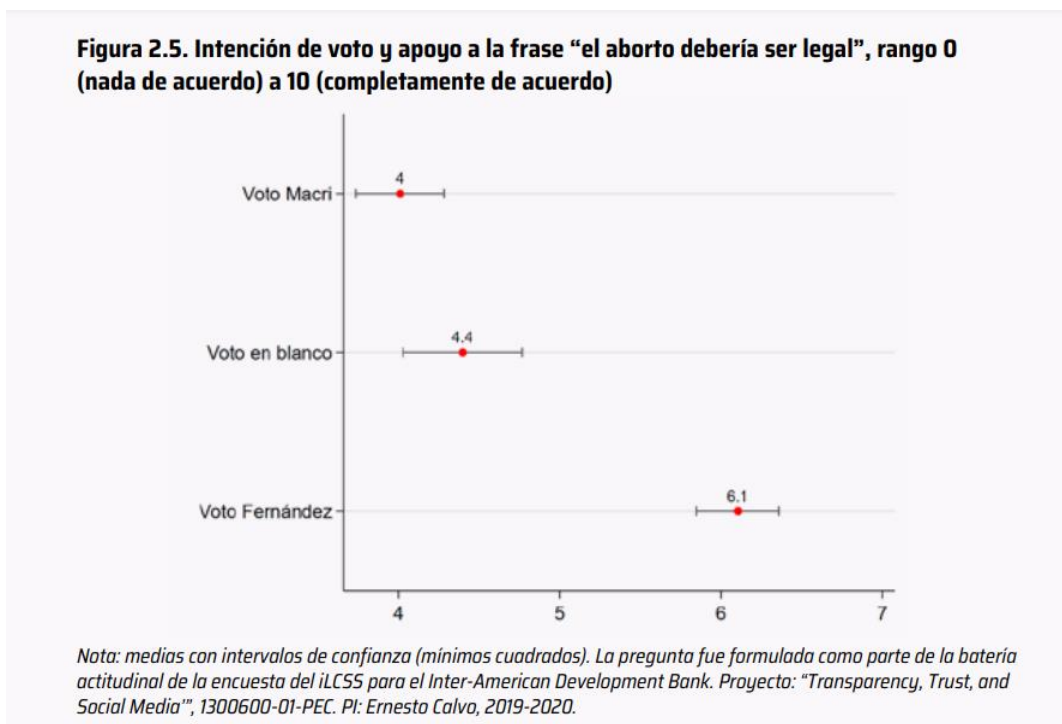
³² <https://www.perfil.com/noticias/actualidad/que-es-la-apostasia-y-como-se-realiza-el-tramite-para-renunciar-a-la-iglesia.phtml>

³³ <https://www.cronista.com/economia-politica/La-Iglesia-lanza-una-reforma-economica-para-renunciar-a-los-aportes-del-Estado-20200303-0024.html>
<https://www.telam.com.ar/notas/201803/260241-iglesia-catolica-financiamiento-estado-debate.html>



Fonte: Unidos por las dos vidas @unidos_por_las_dos_vidas

Mais uma vez, a polarização entre esses grupos conquistou o campo político e as demandas feministas apareciam principalmente nas plataformas dos partidos de Esquerda (Frente de Izquierda de los Trabajadores, Partido Obrero, Partido de los Trabajadores Socialistas) e da aliança promovida pelo Kirchnerismo. Algumas pesquisas como a de Clavo *et al* (2021) indicam que os e as votantes de Alberto Fernandez se mostravam amplamente mais favoráveis a descriminalização do aborto que os/as de Mauricio Macri.



CALVO et al., 2021, p.78

Em outubro desse ano Alberto Fernández ganhou a eleição presidencial e o Kirchnerismo transformou-se na principal força política dentro do Congresso. No discurso de posse o presidente expressou seu comprometimento com a legalização da interrupção voluntária da gravidez (IVE em espanhol); nesse momento, e paulatinamente, começou a se fortalecer o uso deste termo em lugar de aborto.

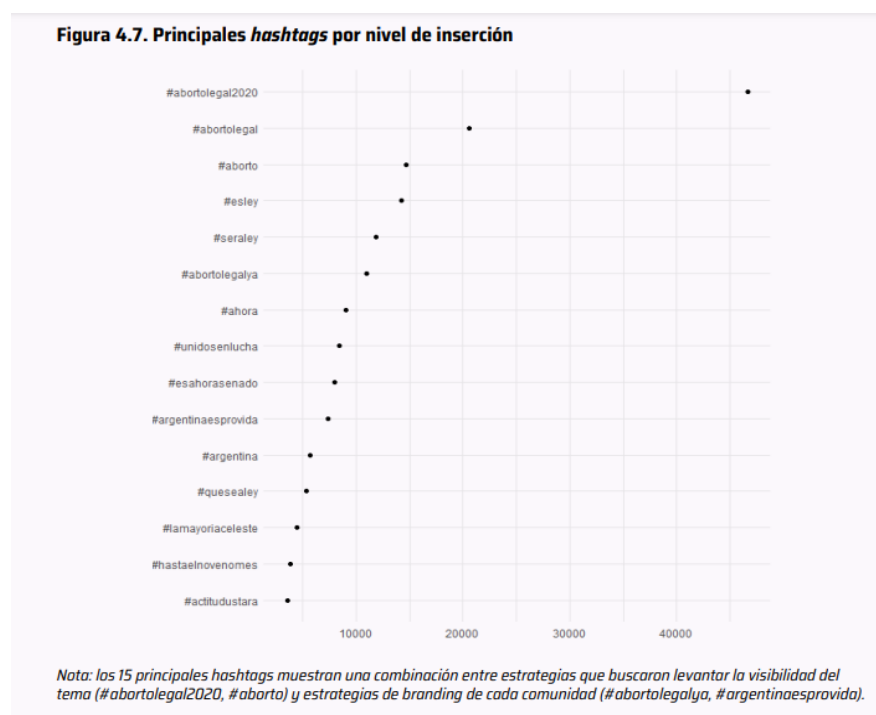
Com o início da pandemia por COVID-19 teve uma reconfiguração das questões que iam ser tratadas como prioridades pelo Congresso e o aborto não aparecia entre elas. Porém, o governo apresentou um projeto próprio ao Poder Legislativo em 2020. A redação dessa proposta foi acompanhada pelas funcionárias do Ministério das Mulheres, Gêneros e Diversidade, órgão público criado pelo governo Fernández em 2019.

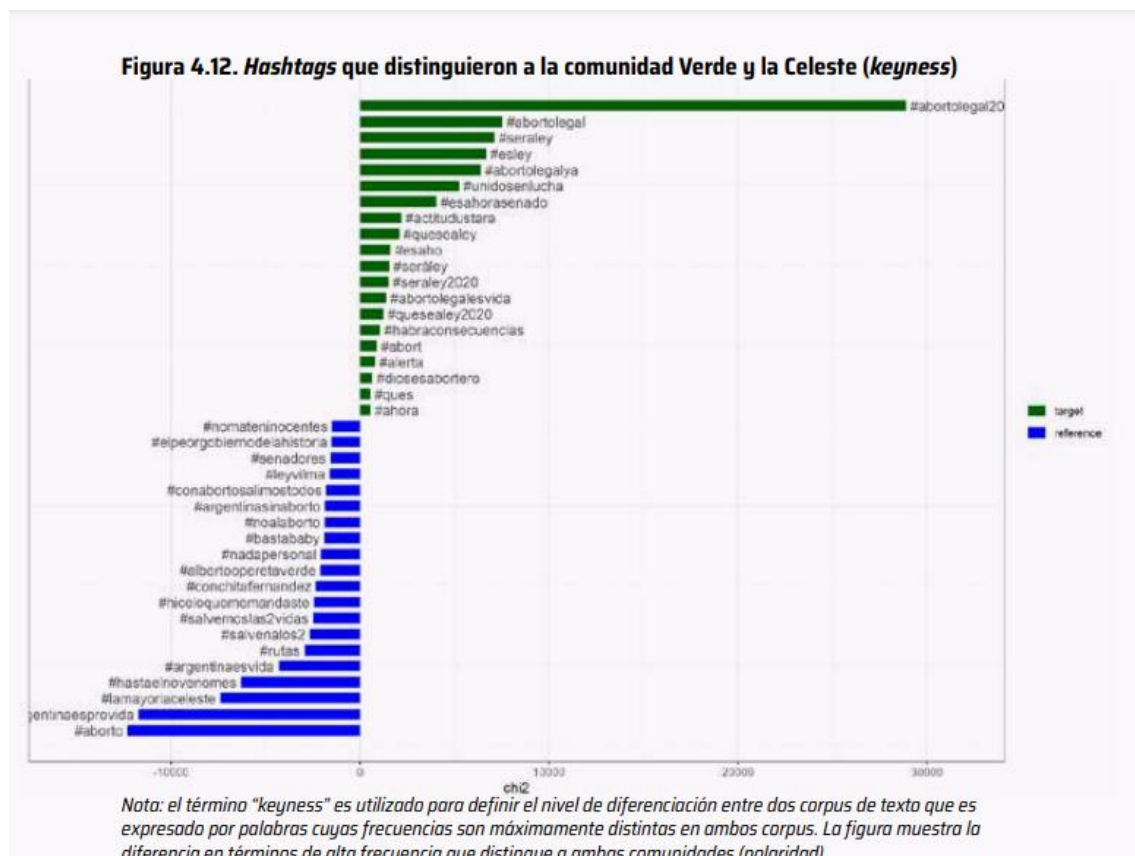
A escolha do governo de apresentar um projeto diferente significou fragmentações dentro do Movimento Feminista e da própria Campaña. As críticas a esse projeto foram em relação ao prazo para a equipe de saúde responder aos pedidos de interrupção, a não exigência as instituições do registro de objetores/as de consciência e a penalização tanto de profissionais como de pessoas gestantes que interrompam uma gravidez depois da semana 14, sem encaixar em uma das causas da lei anterior.

A estratégia do governo implicou a apresentação do projeto de Lei de Interrupção Voluntária da Gravidez acompanhado por um outro, que cria o chamado “Plan de los 1000 dias”, o qual inclui o atendimento integral à gestante e à criança em situação de

vulnerabilidade social durante os primeiros 1000 dias de vida. Dessa maneira buscava-se rebater o argumento de que a dimensão econômica seria um motivo pelo qual as mulheres seriam levadas a praticar um aborto.

A diferencia do ano 2018, a pandemia por COVID-19 provocou configurações particulares do debate parlamentar: a discussão dos e das congressistas foram virtuais -e com exposições muito mais curtas- e as manifestações nas ruas viram-se reduzidas por causa das medidas sanitárias para evitar a transmissão do vírus. As militâncias tanto a favor quanto contra a legalização intensificaram o uso das redes sociais, ganhando cada vez mais importância as estratégias de construção das narrativas visuais para alcançar mais público - como o caso dos “tweetazos ou pañuelazos virtuais” em lugar dos presenciais -. Alguns impactos no uso das redes são mostrados no relatório de Debucco (2021), sobre os principais hashtags que dominaram as redes em 2020; o mais postado foi #abortolegal2020 impulsado pela Campanha.





DELBUCCO, 2021, p.118

O foco do debate parlamentar de 2020 foi a discussão sobre as *implicâncias de legalizar ou manter na clandestinidade a prática*, considerando que ela é um fato que acontece na vida das mulheres.

Durante o tratamento parlamentar de 2020, como foi comentado, o Papa Francisco enviou uma carta de apoio às mulheres das “villas”, grupo de mulheres contrárias ao aborto que vivem nas favelas da Capital Federal. Escreveu que “o problema do aborto não é unicamente uma questão de religião, mas de ética humana, antes mesmo de qualquer confissão religiosa”. Também, um dia antes da aprovação no Senado, o Papa postou um tweet no qual exaltava a Jesus como filho descartado³⁴. Em novembro desse ano, a Câmara de Deputados aprovou o projeto por 131 votos afirmativos e 117 negativos e posteriormente na Câmara de Senadores por 38 a favor e 29 contra.

³⁴ https://twitter.com/Pontifex_pt/status/1343897053609349121

CAPÍTULO 2. Debate parlamentar em 2018: atores, narrativas e controvérsias.

2.1 Configuração do Congresso Nacional

A partir das eleições parlamentares de 2018 a configuração do Congresso teve um perfil mais conservador que o período anterior. As alianças construídas conjugavam uma multiplicidade de tradições políticas dentro de cada espaço que, em geral, coincidiam na perspectiva econômica liberal.

O bloco majoritário, Cambiemos (que também incluía Propuesta Republicana, Unión Cívica Radical, Unión Cívica-ARI), era abertamente liberal no econômico, mas tinha posturas plurais em relação com a legalização do aborto dentro do espaço, devido a que alguns/algumas congressistas eram liberais no campo da sexualidade e outros/as pertenciam a grupos religiosos neoconservadores como o Opus Dei.

Da mesma forma, o bloco do Partido Justicialista congregava setores muito heterogêneos, tanto do chamado “peronismo de esquerda” (por exemplo, o Frente de Todos ou Unidad Ciudadana, 1Pais) e o “de direita” (como Unidos por una Nueva Alternativa, Frente Renovador, Partido Justicialista). Esta divisão histórica do Justicialismo tem uma continuidade em relação com perspectivas econômicas e sociais já mencionadas: o de esquerda mais perto das comunidades de base e permeado por outros movimentos sociais, neste caso como o Feminismo, e o de direita, mais conservador, ligado a leituras tradicionais da Igreja Católica.

Um outro bloco minoritário chamado Progresistas, incluía frentes políticos (GEN, Partido Socialista e Libres del Sur) favoráveis ao reconhecimento de direitos sexuais e reprodutivos e, inclusive, já tinham apoiado leis como a de matrimonio igualitário em 2010. Junto com ele, formou-se a Frente de Izquierda (Partido de los Trabajadores Socialistas, Partido Obrero e Izquierda Socialista); a legalização do aborto tem sido historicamente uma das pautas de luta dessa frente política.

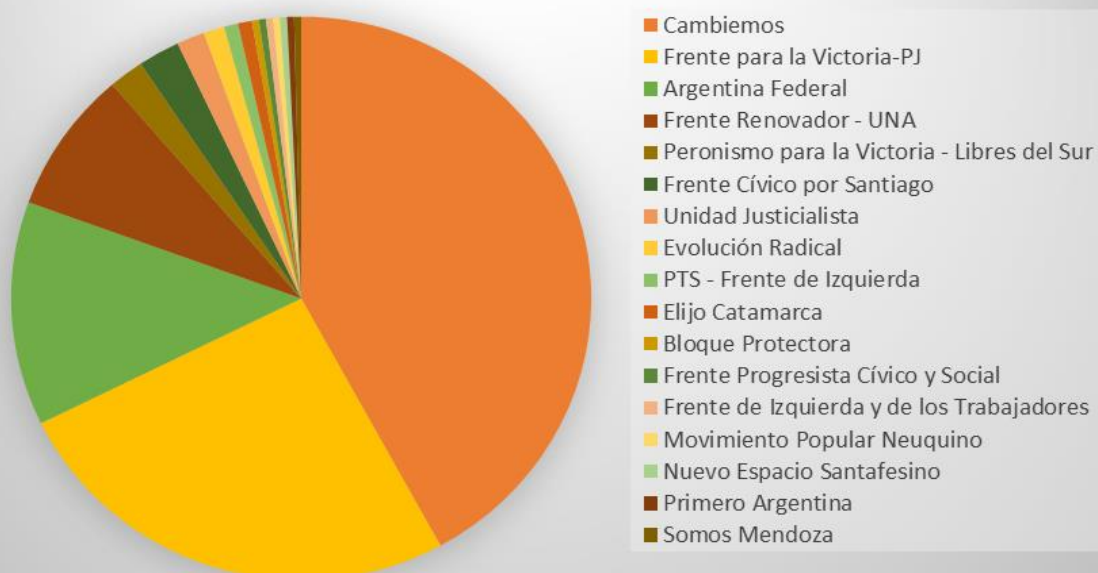
As eleições parlamentares de 2017 resultaram numa vitória confortável para as alianças ligadas a Cambiemos a nível nacional, que juntas obtiveram o 41,75% dos votos. O partido do presidente Macri prevaleceu em Buenos Aires, Capital Federal, Chaco, Córdoba, Corrientes, Entre Ríos, Jujuy, La Rioja, Mendoza, Neuquén, Salta, Santa Cruz e Santa Fé. Foi a primeira instância desde 1985 (primeira eleição legislativa depois da recuperação democrática) em que uma força política prevaleceu nos cinco distritos mais populosos e foi a primeira vitória de um partido governista não peronista em uma eleição legislativa desde aquele ano (DULBECCO, 2021).

Blocos- Senadores 2018



Elaboração própria

Blocos - Deputados 2018



Elaboração própria

2.2 Análise das falas das/os congressistas

Os trechos aqui analisados foram extraídos do Diario de Sesiones da Camara de Diputados (8ª reunión – 7ª sesión ordinaria- periodo 136º) do 13 de junho de 2018 e do Diario de Sesiones do Senado (10ª reunión - 5ª sesión especial- período 136º) do 8 e 9 de agosto de 2018. A seleção deles teve a ver com o uso de referências explícitas e implícitas a argumentos religiosos para justificar as votações. Para isso não só nos focamos na identificação de discursos do neoconservadorismo católico, mas de outros -principalmente com perspectiva feminista- com os que dialogam de forma conflitiva. Segundo Alonso e Callejo (1999) “trata-se de perguntar a cada fragmento do discurso analisado sobre seus pressupostos, com qual outro discurso encontra-se dialogando e, por tanto, com qual outro discurso(s) se estabelece uma relação associativa ou conflitiva” (p.49).

Como ponto de partida, recuperaremos os argumentos sobre defesa da vida dos setores do neoconservadorismo. Seguindo a Rosado Nunes e Carranza (2019) “na moral cristã três inclinações serão reconhecidas como naturais: conservar e proteger a vida, reproduzir-se para perpetuar a espécie, conhecer a Deus e viver em sociedade” (p. 946). Daí que, como já foi mencionado, a heteronormatividade, a maternidade como destino das mulheres e o direito à vida são questões naturais que a lei secular deveria proteger. As autoras avançam dizendo que no século XX, “a lei natural passa a ter uma função ideológica: a de sacralizar a ordem social” (p. 949). Nas falas desses atores são levantados argumentos que reforçam a ideia da sacralidade da vida, direito natural que deve ser protegido pelo Estado. Exemplos disso são os seguintes trechos:

“Desde mis convicciones cristianas defiendo a la vida. Una ley es justa cuando respeta el derecho natural. Mi voto es en contra de este proyecto de ley. Creo en un Estado que proteja a la familia integral y fomente la natalidad. Ni un niño menos” (Martiarena, Partido Justicialista)

Neste trecho do deputado Martiarena vemos com clareza um argumento próprio do Peronismo originário, aliado a discurso católico. Segundo a historiadora Bianchi (1990), o peronismo definia a família “como aquela cristãmente constituída que se funda no matrimônio” (p.27) e ela cita um trecho de um deputado em uma Convenção Constituinte de 1949 quem expõe argumentos especialmente similares aos do debate que estamos analisando:

“la naturaleza ha fijado imperiosamente los puestos dentro de la institución familiar, asignando al padre la autoridad y la providencia, a la madre el amor y la ternura y a los hijos la obediencia y el respeto, en una armonía, natural también, entre el derecho de cada uno y el derecho de todos; armonía que es la felicidad y la salud de la sociedad familiar y, por ende, de toda la sociedad civil. Este ordenamiento es

ordenamiento natural. Este ordenamiento es ordenamento cristiano. Este ordenamiento es el ordenamiento tradicional argentino” (Convención Nacional Constituyente, Diario de Sesiones, Vol. 1, Buenos Aires, 1949, p. 275 em Bianchi, 1990).

Resulta interessante recuperar outros trechos que falam sobre a pertença política ao Peronismo com uma raiz Católica neoconservadora e é usada como argumento para opor-se ao projeto na votação:

“Señor presidente: por mis convicciones personales y en defensa de la vida desde la concepción, por las bases doctrinarias de mi partido, por ser inconstitucional las disposiciones del proyecto que estamos tratando y por la falta de oportunidad política – que, en lugar de buscar consensos sociales, se divide al país y a las familias argentinas–, voto en contra en el proyecto que viene con media sanción de Diputados.” (Montenegro, Frente de Todos)

“He escuchado durante el debate una constante descalificación a las convicciones, una constante apología a la libertad religiosa y una permanente condena a la Iglesia católica, donde no nos respetan a los que pensamos como católicos. Yo vengo acá y voy defender mis convicciones; mis convicciones de argentino, mis convicciones de cuyano, de puntano, mis convicciones de peronista y mis convicciones de católico apostólico romano. Tenemos que defender el Estado de derecho, respetar nuestra Constitución, respetar los tratados internacionales que hemos incorporado a la Constitución, respetar todo nuestro cuerpo normativo” (Rodríguez Saa, Partido Justicialista)

Porém, em outras falas recuperam-se elementos da identidade peronista e católica para argumentar a favor da legalização, como no caso da senadora Nancy Gonzalez (Frente de Todos):

“Les quiero decir a todos que soy católica, pero cuando me votaron no me votaron por católica: me votaron para que legisle para todos los ciudadanos argentinos, los católicos y los no católicos. Y lo hago con una profunda convicción; una profunda convicción que me da el peronismo, que es la ampliación y la conquista de derechos”

A identidade como católica é deslocada pela sua função como legisladora a hora de explicitar os argumentos de votação, como no caso da deputada Rista (UCR):

“Soy católica de profesión, estoy en contra del aborto, pero a favor de la despenalización porque es una problemática de salud pública y la criminalización ha fracasado”.

Aqui outros exemplos:

“No puedo desconocer esta realidad: como católico creo en la misericordia a las mujeres, como diputado mi voto es a favor del aborto legal, seguro y gratuito” (Correa, Frente para la Victoria)

“Yo también soy creyente, pero quiero que mis hijas puedan vivir tan libres como fui yo como hombre. Tenemos que cambiar un paradigma para que puedan disfrutar su sexualidad y decidir sobre su cuerpo. La maternidad debe ser una elección y no una imposición” (Ruiz Aragón, Frente para la Victoria).

A mudança de paradigma a que refere esta última fala dialoga de forma conflitiva com a configuração material e subjetiva da família baseada em uma ideia de ordem natural, isto é uma lei natural que também aparece em outras falas servindo de argumento a defesa da vida desde a concepção.

O principal argumento do neoconservadorismo católico nos debates de 2018 foi considerar ao feto como uma pessoa. Porém, como explicam Morán Faúndes e Peñas Defago (2013), a narrativa sobre o início da vida atualmente defendido pela hierarquia da Igreja Católica não tem sido idêntica ao longo de sua história e é possível observar pelo menos duas grandes etapas:

“(…) a primeira está ligada às discussões por quase dois milênios a respeito da hominização, ou seja, o momento em que a alma humana seria infundida no feto e a segunda etapa tem, ao contrário, apenas um pouco mais meio século de existência, e é marcado por uma virada na posição do Vaticano, para a partir do qual os debates sobre a hominização se movem em favor de posições associadas à biologia e, em particular, à genética moderna” (MORAN FAÚNDES e PEÑAS DEFAGO, 2013, p.16).

Isto implica que o neoconservadorismo católico entende que o início da vida é na concepção e desde esse momento tem um caráter jurídico como pessoa. Neste sentido, os argumentos esboçados por esses setores focaram-se na defesa da vida do feto e no entendimento dele como sujeito de direitos desde a concepção e como uma pessoa diferente a quem está gestando-o. Como afirma Gudiño (2018), atores neoconservadores reforçam em seus discursos a ideia do início da existência de uma nova pessoa, sujeito de direitos, para que a vida seja considerada “inviolável e defende-se que o direito civil não deve contradizer os preceitos da lei natural e com a dignidade da pessoa” (p. 89).

“Desde el momento de la concepción hay vida, bastando afirmar que la persona por nacer es un ser humano distinto a su madre cuya dignidad debe ser reconocida y cuya vida debe ser protegida” (Itúrriz, Frente Cívico)

“Como cristiano quiero defender las dos vidas. Un aborto es una práctica violenta y una operación quirúrgica. Desde la concepción hay vida y hay que cuidarla” (Orellana, Justicialistas por Tucumán)

Essa narrativa de compreender o feto como ser humano independente cuja vida deve ser defendida foi reforçada por discursos do Papa Francisco durante os debates parlamentares na

Argentina, quem disse: “*Pero ¿cómo puede ser terapéutico, civil o simplemente humano un acto que suprime la vida inocente e indefensa en su inicio?*”.

É importante destacar a estratégia de argumentação dos/as legisladores/as que votam a favor, tensionando a legitimidade da Igreja na atuação no campo dos direitos humanos. Em particular, teve falas que criticaram o posicionamento da hierarquia eclesiástica com fatos históricos que demonstravam a cumplicidade com crime de lesa humanidade durante a última Ditadura Militar:

“¿Quiénes son los que se oponen? Sectores ultraconservadores. Infelices palabras las del obispo, porque nos remonta a otras historias acerca de dónde estuvo la Iglesia. La verdad, la Iglesia bendijo los vuelos de la muerte. ¡La Iglesia sabía que se torturaba a mujeres embarazadas! ¡La Iglesia sabía que se entregaban los hijos de esas mujeres!” (Pino Solanas, SUR)

“¿Esas personas de la jerarquía eclesiástica, que avalaron la tortura, se dicen defensores de la vida? ¡Qué hipocresía!” (González Seligra, Partido de los Trabajadores Socialistas)

Porém, temos que resgatar outra fala do senador Pereyra (Frente para la Victoria) que explicita discordâncias dentro da Igreja naqueles anos:

“Un tema aparte es lo que hoy escuchaba de un señor senador con respecto al comportamiento de algunos sectores de la Iglesia. Yo coincidí con el senador miembro informante, que dijo que habría que recordar que un sector de la Iglesia, durante la dictadura militar, en las sesiones de tortura que sufrían las mujeres previamente a haber sido violadas, embarazadas, en esas torturas se las hacía abortar violentamente con la presencia de la Iglesia. No hace falta más que leer el libro Nunca Más, en el que un monseñor de La Plata, capellán de la Policía de la Provincia de Buenos Aires, monseñor Plaza y quince sacerdotes más presenciaban las sesiones de tortura. Un sector de la Iglesia guardó un silencio cómplice respecto de esto. Hoy levanta la voz, pero no se acuerda, no recuerda todo esto.

Aquí yo quiero rescatar al monseñor Jaime Francisco de Nevares, don Jaime, monseñor del Neuquén, quien al frente de las Madres de Plaza de Mayo reclamaba aparición con vida. Estoy hablando del otro sector de la Iglesia; el que mencioné anteriormente era un sector minúsculo. La pena fue que no hubo una expresión unánime de toda la Iglesia. Por eso estoy hablando de un silencio cómplice que tuvieron estos sacerdotes; realmente, esto nos preocupa a todos”.

Os trechos anteriores tentam mostrar que o discurso da hierarquia católica de defesa da vida tem que ser contextualizado e que tem adquirido diferentes sentidos em função dos contextos históricos específicos.

Como sinala Vaggione (2012), “a oposição vida-morte que caracteriza o marco político do ativismo católico imprime uma posição dogmática que não permite flexibilização. Se, por um lado, a Igreja Católica reclama o legítimo direito de ser um ator público nas democracias contemporâneas, por outro, inscreve sobre a política sexual uma postura antagônica na qual os

defensores dos direitos sexuais e reprodutivos são considerados como inimigos mais que como adversários, porque contribuem a cultura da morte” (p.75).

Morán Faúndes (2014) explica, neste sentido, que valendo-se de uma retórica de “valorização da vida”, a Igreja Católica se vale da autoridade do discurso científico de cunho geneticista para defender uma cosmologia religiosa, estratégia que lhe permitiu permear os espaços políticos de influência. Esse discurso foi acompanhado da narrativa sobre a cultura do descarte que questiona diretamente as decisões das mulheres que abortam. Alguns discursos no Congresso, davam conta disso:

“Tenemos que evitar la cultura del descarte que genera el aborto” (Snopek, Federal Unidos por una nueva Argentina)

“Sin vida, no hay derechos. No tratemos a la vida como una basura que puede ser usada y descartada en una bolsa” (Hernández, UCR)

É frequente encontrar falas nas quais se estabelece a defesa da vida desde a concepção como valor democrático e, portanto, de representação de toda a sociedade argentina. A invocação da lei natural é continuamente reiterada e coloca as bases para a proposição da universalidade dos princípios morais no campo da reprodução humana (ROSADO NUNES, 2012).

“Hoy siento, como nunca, que formo parte y represento a un amplio sector de nuestro pueblo que defiende la vida en general: de hombres y mujeres, desde la concepción hasta la muerte” (Varela, PRO)

Desde a narrativa feminista, diversos/as congressistas explicaram a estreita e necessária relação entre as mulheres e a evolução progressiva do feto até se tornar em ser humano; afastada das visões essencialistas e sacralizadas, a concepção da vida proposta desde essas argumentações é pensada como relacional, situada e contingente (MORÁN FAÚNDES E MORGAN, 2018). Por tanto, a evolução progressiva depende da vontade da mulher.

Assim, os setores favoráveis à descriminalização do aborto reconhecem que tem vida, mas não equiparam o feto a um sujeito de direito.

“Este proyecto significa un avance en términos de igualdad porque garantiza el aborto en condiciones seguras a todas las mujeres. No tenemos duda que el embrión sea un ser vivo, pero está demostrado que no es un ser humano” (Salvareza, Frente de Todos).

Outra das concepções que foram discutidas nos debates parlamentares tem a ver com as mulheres. A maioria dos discursos dos e das congressistas do neoconservadorismo católico se

concentram mais no feto do que nas mulheres, embora haja referências a um certo instinto natural relacionado à maternidade. É o caso de uma legisladora de Corrientes, que compara mulheres com cachorras:

“¿Qué pasa cuando nuestra perrita se nos queda embarazada? No le llevamos al veterinario a que aborte. Salimos a ver a quién le regalamos los perritos. Las peores fieras quieren a sus crías. ¿Qué nos pasa a los seres humanos que tenemos esa maldita razón que nos tapa el corazón?” (Regidor, PRO)

“Esta ley es la madre de todas las leyes porque habla de vida y no vida. Defiendo la vida por encima de todo. No estoy a favor de legalizar el aborto. El aborto va en contra de la esencia misma de ser mujer” (Caselles, Partido Bloquista de San Juan)

O projeto de lei apresentado significava uma oportunidade para começar a discutir diferentes narrativas que historicamente foram fortalecendo concepções essencialistas e biologistas sobre a maternidade. Argumentos de congressistas favoráveis à descriminalização questionaram essas visões tradicionais:

“Votamos, y pedimos a los que no decidieron su voto, que nos acompañen. No solo ampliamos derechos, sino que estamos poniendo un límite a la sociedad patriarcal. La maternidad deber ser una decisión, no un destino” (Volnovich, Frente para la Victoria)

“Maternar es político. Maternar no puede quedar en un mandato biológico. Las mujeres deben elegir: deben elegir cuándo quieren maternar. No se lo tenemos por qué imponer” (Nancy Gonzales, diputada)

Como foi explicado no capítulo anterior, segundo o ativismo feminista e particularmente de organizações como Católicas por el Derecho a Decidir, o posicionamento da hierarquia eclesiástica se caracteriza por impor um estereotipo único de mulher no qual sua função fica apenas assignado ao serviço da família e ao ‘dom’ da maternidade. Bessone (2012) explica o dispositivo de culpabilização que opera em assuntos que têm a ver tanto com a prática contracepção como no caso do aborto apenas reforça um estado de hostilidade contra as mulheres. O fato de serem mães não é concebido pelas autoridades da instituição católica por prazer ou por a própria possibilidade de escolher e o pedido delas a dispor livremente dos seus corpos provoca uma restrição arbitrária do direito à vida do feto como sujeito com status ontológico e jurídico que o faz inviolável (p.35). Diante dos imperativos moralizantes que a hierarquia eclesiástica implanta sobre o corpo feminino, as feministas católicas consideram essencial derrubar os critérios que tentam impor uma verdade única sobre sexualidade e reprodução.

Neste sentido, uso do termo “pessoa gestante” na redação do projeto tentava problematizar a visão reducionista que estabelece que só as mulheres podem ser mães. A perspectiva feminista com a qual foi escrito o projeto tentava questionar a categoria natureza humana, postura que “obedece à função social que o corpo teórico do gênero tem ao informar ações políticas na vida cotidiana” (ROSADO NUNES e CARRANZA, 2019, p.939). Porém, as vezes que foi usado nas falas durante os debates nas duas Câmaras foi unicamente quando leram parte dos artigos da lei; isto é, nas discussões continuou-se usando o termo “mulher” para falar sobre a pessoa que solicita um aborto.

Em muitas ocasiões, o mito sagrado da maternidade é considerado do ponto de vista do sacrifício e da dor, e não do prazer e liberdade de escolha. “A oposição permanente da Igreja Católica ao aborto, desde que tal prática seja entendida como matéria penal e criminal, implica a intenção de submeter a mulher à maternidade forçada, sem espaço de liberdade de escolha sobre seu próprio corpo e sua autonomia moral” (BESSONE, 2012, p.34). A politização da sexualidade promovida pelo feminismo serviu de base para argumentos durante o debate parlamentar, como no caso do senador Pino Solanas (SUR) que justificou seu voto afirmativo afirmando que “o prazer é um direito humano”.

“Dios tuvo la grandeza, de junto a la creación, hacer descubrir al hombre y a la mujer el goce, que es un derecho humano fundamental. En esta vida de profundos sacrificios, ¿no va a ser un derecho?”.

Uma das características da narrativa do neoconservadorismo é a abstração do corpo e da vida das mulheres -como aquelas baseadas na lei natural-, ignoram os obstáculos materiais que têm no exercício dos seus direitos e potência os argumentos baseados nas desigualdades naturais (LABASTIE GÓMEZ, 2018), favorecendo as posturas de tutela sobre as decisões sobre esses corpos. Uma fala polêmica neste sentido foi esgrimida pelo senador salteño, Rodolfo Urtubey (Partido Justicialista) quem manifestou:

“Nos tenemos que poner a discutir cuáles son las causas, cuál es el límite, a qué se refiere, qué es el peligro a la vida. La violación está clara en su formulación, aunque habría que ver algunos casos, porque hay algunos casos en los que la violación no tiene un componente de violencia sobre la mujer; en los casos de abuso intrafamiliar no hay violencia, pero no se puede hablar de consentimiento. No es la violación clásica”.

O senador votou contra a descriminalização e destacou que tem situações de estupro que não podem ser consideradas violentas. Cabe destacar que o legislador representa Salta, um

estado do noroeste da Argentina, que ocupa o segundo lugar na lista das províncias com maior número de denúncias de abuso sexual³⁵

Por outro lado, os setores neoconservadores afirmaram que a legalização não é a solução para o problema das mulheres, e incluso alguns deles expressaram a necessidade de garantir a educação sexual integral nas escolas. Resulta interessante considerar que teve legisladores/as que desenvolveram essas argumentações para votar contra o projeto do aborto, mas que votaram ou se manifestaram também contra a lei de Educação Sexual Integral de 2006, como no caso do deputado Maquieyra do PRO (quem votou contra os dois casos).

Sobre falas que recuperam a incidência dos movimentos sociais, destacam-se discursos sobre o impacto da mobilização nas ruas e, particularmente membros do Senado que sabiam da iminente rejeição do projeto, manifestam a importância histórica de ter tido um primeiro debate parlamentar sobre este tema:

“Pero éste no es un día de tristeza. Éste es un gran día para todas las mujeres, que estamos orgullosas de estar dando este paso después de un siglo. (Aplausos.) Miles y miles de mujeres pasaron la noche en la plaza esperando que alumbráramos esta ley. Miles de mujeres están siguiendo este debate en todo el país y pudieron conocer las caras de sus diputados y sus nombres, y nos interpellaron con el interés genuino y profun. (Aplausos.) de conquistar este derecho, un pedido que no podemos desoír. Porque desoír este pedido lo único que hará es poner un obstáculo a su consecución, retrasarlo en el tiempo, pero no lo impedirá, porque las mujeres no abandonaremos las calles, no nos volveremos a ocultar en el seno de nuestros hogares ni sentiremos miedo, vamos a luchar por la paridad cueste lo que cueste” (Lospennato, PRO)

"No fue por mi hija que cambié de opinión. Las que me hicieron cambiar de opinión fueron las miles y miles de chicas que se volcaron a la calle. Esta ley no va a salir esta noche, no saldrá este año, pero saldrá el que viene o el otro" (Cristina Fernández de Kirchner, Frente para la Victoria)

“Entonces, señora presidenta, esto se lo digo a los que están afuera: que nadie se deje llevar por la cultura de la derrota. ¡Bravo, chicas! ¡Ustedes han levantado alto el honor y la dignidad de las mujeres argentinas! Esta causa, esta noche tiene un pequeño descanso, pero en poquitas semanas todas de vuelta de pie, porque si no sale hoy, el año que viene vamos a insistir. Y si no sale el año que viene, insistiremos el otro. ¡Nadie podrá parar a la oleada de la nueva generación! ¡Será ley! ¡Habrá ley contra viento y marea!” (Pino Solanas, SUR)

O movimento Feminista tem focalizado sua atenção sobre a saúde e os direitos das mulheres, apoiando ao mesmo tempo a defesa da vida e o direito ao aborto seguro. Essa foi a base das falas de congressistas prol descriminalização; a autonomia das mulheres para decidir com liberdade sobre seus corpos e vidas surge como argumento para justificar o voto e, particularmente, a necessidade de legislar sobre o tema nas determinações estruturais que condicionam as decisões das mulheres de setores vulneráveis. Junto com isso, a discussão

³⁵ <https://www.eltibuno.com/salta/nota/2019-1-8-11-32-0-salta-entre-las-provincias-con-mas-violaciones-en-el-pais>

sobre a laicidade apareceu de várias formas, por vezes destacando a responsabilidade dos/as funcionários/as de legislar para a sociedade em geral, tendo como certa a configuração de um Estado laico.

“Estamos tratando un tema de salud pública que no puede ser abordado con anteojeras ni morales ni éticas ni ideológicas ni, mucho menos, religiosas. Somos diputados y diputadas que tenemos la obligación de legislar para un Estado laico, garantizando derechos. (Mendoza, Frente para la Victoria)

“Estamos tratando un tema de salud pública que no puede ser abordado con anteojeras ni morales ni éticas ni ideológicas ni, mucho menos, religiosas. Somos diputados y diputadas que tenemos la obligación de legislar para un Estado laico, garantizando derechos. (Mendoza, Frente para la Victoria)

“No entendieron que vivimos en un Estado laico y que no podemos legislar desde nuestras convicciones porque forman parte de la vida privada de cada uno de nosotros” (Villavicencio, Evolución Radical)

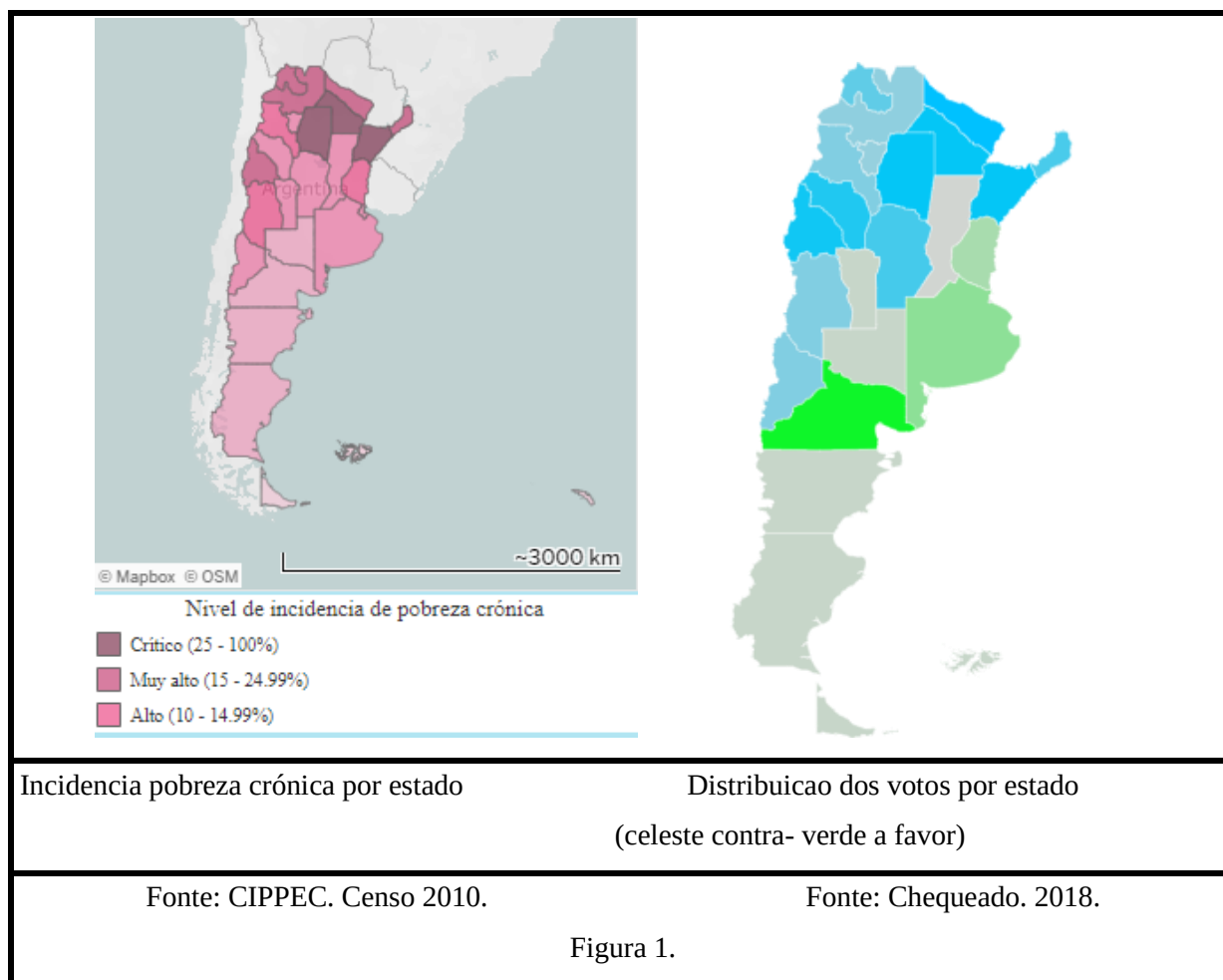
“No es nuestro deber sancionar leyes que sean amigables con la curia ni legislar bajo nuestros preceptos de moralidad. No podemos sucumbir a extorsiones de ningún tipo [...] Una religión no puede disponer sobre las políticas públicas en un Estado laico” (Acerenza, Propuesta Republicana (PRO))

Por outro lado, também aparecem discursos que, seguindo a Fellitti e Prieto (2018), apresentam-se como aspirações de laicidade. Esses reflexam que Argentina encontra-se em processo de construção de um Estado laico e que aprovar o projeto ia contribuir ao processo de laicização.

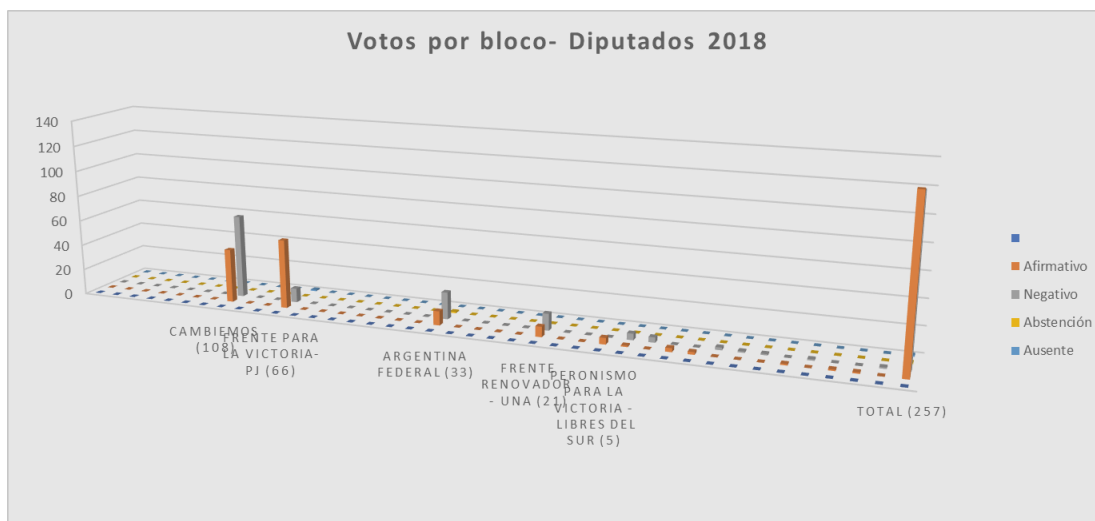
“Quiero dejar planteado mi voto por un Estado laico que claramente corra el velo de la hipocresía con el que se analizan estos temas” (Fernández, Unión Cívica Radical)

“¿Hasta cuándo vamos a tener que soportar la injerencia de la Iglesia de nuestras vidas? Hay que separar a la Iglesia del Estado y exigimos nuestro derecho a decidir” (González Seligra, PTS-Frente de Izquierda)

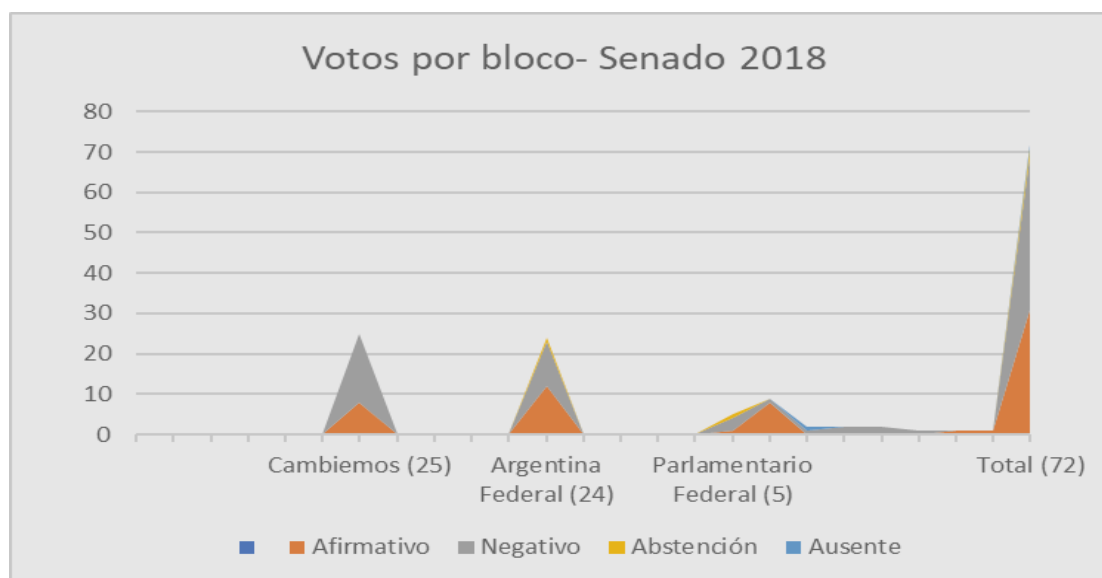
O debate parlamentar terminou com a rejeição do projeto pelo Senado em agosto de 2018, registrando uma tendência na distribuição de votos que se correlaciona com a incidência de pobreza crônica nos estados; a posição contra a legalização do aborto era mais forte nas províncias do norte da Argentina e diminuía nas regiões centro e sul do país. Isto é, a maioria dos/as que votaram contra a descriminalização do aborto representavam os estados com maior desigualdade socioeconômica nos últimos 30 anos (Figura 1).



Tanto aqueles que defendiam quanto quem rejeitavam o projeto, recuperaram argumentos religiosos para defender suas posições. Entre os argumentos utilizados pelos/as congressistas contra a legalização encontram-se o caráter católico da Estado Argentino e, segundo eles, a doutrina católica é incompatível com o aborto porque é uma decisão que atenta contra uma vida. Manifestaram o caráter judeu-cristão da legislação e que a maioria do povo argentino se reconhece cristão, seja católico ou evangélico. Por outro lado, aqueles setores que se manifestaram a favor da legalização posicionaram-se criticamente desde seu lugar como crentes, questionaram a pretensão de uma perspectiva universalizante e unívoca do cristianismo, argumentando que não deveria criminalizar-se as mulheres que decidem abortar em contextos de vulnerabilidade.



Elaboração própria



Elaboração própria

O projeto foi aprovado com 129 votos a favor, 125 contra e 1 abstenção; porém, foi rejeitado pelo Senado com 31 votos a favor e 38 contra- além de 2 abstenções e um ausente.

CAPÍTULO 3. Debate parlamentar 2020: atores, narrativas e controvérsias.

3.1 Mudanças e continuidades na configuração do Congresso Nacional

Como já foi mencionado no capítulo 1, as eleições de 2019 foram cruciais para definir o campo político parlamentar e imaginar uma potencial descriminalização legal do aborto. Todos os partidos políticos foram obrigados a se posicionar em relação com o tema durante a campanha eleitoral. Os resultados das eleições provocaram uma configuração do Congresso favorável a legalização do aborto.

O Congresso Nacional ficou conformado pelo Frente de Todos como a força política majoritária, em concordância com o resultado da eleição presidencial. Anteriormente chamado Frente para la Victoria, o espaço político fez alianças com outros setores do Peronismo para poder ganhar as eleições. Neste sentido, por exemplo, o ex-presidente Carlos Menem -do Peronismo de direita- teve acesso a uma banca como senador por esta plataforma.

Conforme demonstra o gráfico da página oficial do governo sobre a composição das Câmaras (Figura 2) a primeira força minoritária era o partido Juntos por el Cambio - anteriormente Cambiemos/PRO- que continuava conformado fundamentalmente por setores da direita liberal e ex-militantes do Peronismo de direita. Tem outras forças minoritárias que geralmente votavam acompanhando alguma das plataformas maiores.

Uma mudança significativa na nova configuração teve a ver com a idade dos e das legisladores/as eleitos. O Congresso recebeu congressistas mais novos e, segundo algumas pesquisas que serão citadas no capítulo seguinte, essa diferença foi marcante para obter um resultado favorável na votação.

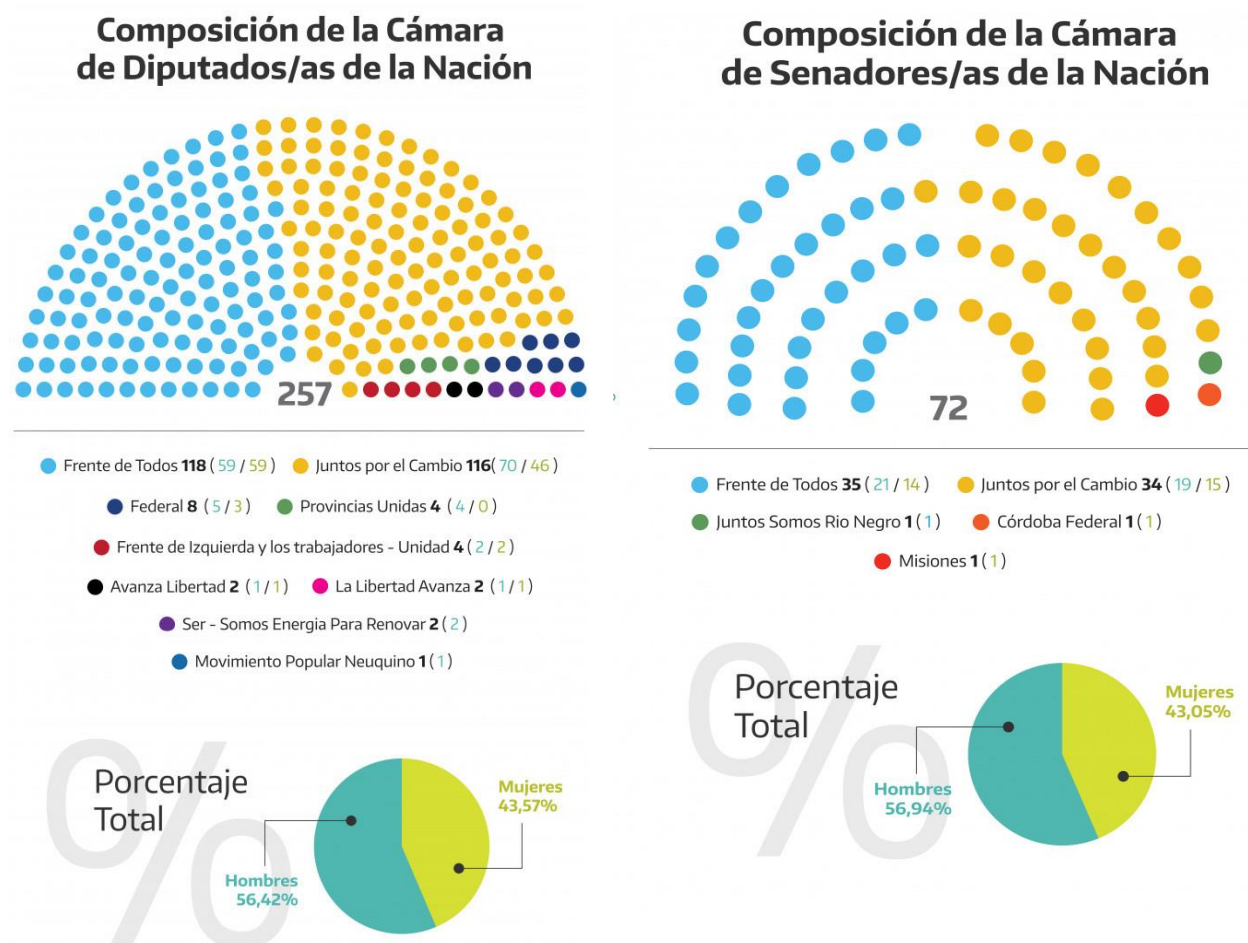


Figura 2. Fonte: Argentina.gob.ar

Em 17 de novembro de 2020 o Presidente Alberto Fernández encaminhou ao Poder Legislativo os projetos de ‘Lei de IVE e à atenção pós-aborto’ e à ‘Lei de atenção integral à saúde durante a gravidez e a primeira infância’. A estratégia do governo federal foi apresentá-los juntos, expondo a abordagem do assunto desde a saúde pública e expressando que o Estado tem que garantir o acompanhamento da pessoa gestante, seja qual for o projeto de vida escolhido. O Poder Executivo tinha anunciado o envio de ambas as iniciativas até o final de março, retomando o compromisso assumido na campanha eleitoral e ratificado na abertura das sessões legislativas em 2020. No entanto, a declaração de emergência sanitária devido à pandemia de COVID-19, alterou a agenda do governo e a discussão legislativa foi adiada por vários meses.

Em um relatório de Debucco (2021) sobre os debates parlamentares sobre aborto, explica que “a partir de propostas que alguns senadores fizeram com antecedência, o projeto do IVE encaminhado pelo Executivo foi modificado em dois pontos antes de ser debatido no

local. Em primeiro lugar, eliminou-se o trecho que pressupunha que os adolescentes entre treze e dezesseis anos de idade teriam aptidão e maturidade suficientes para decidir sobre a prática e dar o devido consentimento, e foi dispensada a anuência de pelo menos um dos representantes legais no caso de menores de dezesseis anos que solicitarem um aborto. Da mesma forma, foi acrescentado um segundo artigo sobre a objeção de consciência, que estabelece as obrigações dos estabelecimentos de saúde do subsetor privado ou da segurança social que não disponham de profissionais para a realização do aborto e que consiste na disponibilização e encaminhamento a um efector de saúde que efetivamente realize a provisão” (p.74)

Os projetos elaborados foram apresentados no Congresso para seu tratamento, no meio de uma emergência sanitária por COVID-19, que obrigou a desenvolver um debate de dupla modalidade -virtual e presencial-.

3.2 Análise das falas das/os congressistas

Os trechos aqui analisados foram extraídos do Diário de Sessões da Câmara de Deputados (17ª reunión – 14ª sesión ordinaria (especial remota) do 10 de dezembro de 2020 e do Diário de Sessões do Senado (período 138º- 28ª reunión - 23ª sesión especial) do 29 e 30 de dezembro de 2020. A seleção deles teve a ver com o uso de referências explícitas e implícitas a argumentos religiosos para justificar sua votação, no intuito de reconstruir os argumentos para a construção de narrativas.

A diferencia de 2018 o debate centrou-se na discussão sobre a ilegalidade da prática do aborto; esta mudança no foco da discussão fez que os argumentos do neoconservadorismo católico não se centrassem apenas nas concepções sobre a vida como em 2018. Em sentido geral mantem-se a perspectiva argumentativa: os setores contrários a descriminalização centram suas argumentações em relação com o feto e os setores favoráveis, com foco nas mulheres. Porém, aparecem com maior frequência nas falas de congressistas neoconservadores comentários referidos ao sofrimento que provoca o aborto nas mulheres e que, por tanto, legalizá-lo não resolveria esse problema.

“Como dijo recientemente de manera expresa el Santo Padre refiriéndose al aborto: “No es un asunto religioso, sino de ética humana”. Existen infinidad de argumentos que intentan persuadirnos de las supuestas bondades de legalizar el aborto. El aborto es algo que debemos evitar y no legalizar. Reconocer el drama de las mujeres que pasaron por un aborto y empatizar con su dolor no nos debe conducir a legalizarlo” (Polledo, PRO)

Os atores do neoconservadorismo católico continuaram defendendo o direito à vida do feto e reforçaram o argumento de que constitui uma pessoa desde a concepção. Como explica Vaggione (2012), desde a hierarquia católica teve uma “convocação para que os crentes tenham impacto nos debates jurídicos deve ser considerada em conexão com a mudança de argumentos (secularismo estratégico) pela qual, embora a Igreja convoque os fiéis a defenderem suas crenças religiosas nos debates jurídicos, ela também oferece a esses legisladores argumentos. Nesse sentido, o ativismo católico conservador [...] embora apele para as crenças religiosas dos legisladores, ele oferece argumentos seculares para justificar sua posição no Parlamento” (p.72). Na fala da senadora Elias de Perez (UCR) se materializa desta forma:

“Desde el punto de vista científico, si estuviéramos en la época de Sócrates sería normal que se dé este tipo de discusión y que podamos elucubrar cuándo comienza la vida. ¡Pero no hoy, presidenta! Hoy ya la ciencia, los avances tecnológicos han demostrado, absolutamente, que la vida empieza en el momento de la concepción. Entonces, esa vida que empieza en el momento de la concepción, que tiene un ADN distinto, ¡que es otra persona!, merece ser respetada, presidenta.” (Elías de Pérez, UCR).

Como sinalam Morán Faúndes e Peñas Defago (2013), nesta ideia particular do que é a vida humana, entrelaçam-se duas dimensões que é necessário distinguir; por um lado, mantém-se uma noção sobre o início da vida de um novo indivíduo humano, ancorado ao momento biológico da fecundação e, por outro lado, atribui a esse momento um caráter jurídico que pressupõe que qualquer atentado contra a vida a partir do momento da fecundação implicaria em abuso do direito à vida (p.13 e 14). Os/as congressistas favoráveis ao projeto estabeleceram que os termos do debate não passavam pelo fato de determinar o início da vida humana a partir da abordagem biológica, mas que seu objetivo como legisladores/as era garantir uma resolução jurídica que respeitasse a abordagem dos direitos, que tem status constitucional na Argentina.

Em algumas falas de congressistas que defendem a legalização destacam ferramentas contempladas na lei que podem ser usadas pelos setores opositores para não ter que praticar abortos como a objeção de consciência:

“Puede que a algunos no les guste lo que deciden hacer los otros, pero garantizar su libertad es también garantizar la libertad nuestra de practicar la religión que queramos, como prevé esta ley, también, de ser objetor de conciencia y de elegir no abortar” (Gonzalez, PRO)

O argumento da senadora implica considerar que a lei não obriga a ninguém a fazer abortos ou praticá-los, mas contempla todas as posições para que cada pessoa aja segundo suas convicções pessoais.

A mudança no foco da discussão fez que discursivamente a estratégia dos setores do feminismo centrara-se na articulação entre clandestinidade e mortalidade para demonstrar a gravidade do assunto, enquanto os atores contrários mudaram para estratégias argumentativas que tiravam o foco do aborto e se focavam em outras situações de vulneração de direitos que derivariam em gravidez indesejadas.

“¿Realmente creen que con este proyecto vamos a disminuir la mortalidad materna? Esta se reduce con educación, con control obstétrico, con control prenatal, con agua potable, combatiendo la desnutrición. ¿Realmente creen que con un 44 por ciento de pobreza podremos garantizar estas necesidades? ¡Esas son las prioridades para las mujeres, no el aborto!” (Campagnoli, Coalición Cívica)

“Si no queremos más abortos clandestinos, la solución no es la legalización; el camino es trabajar para prevenir los embarazos no deseados, el camino es trabajar por la escolarización de nuestros chicos, el camino es trabajar por la efectiva aplicación de la educación sexual integral para adolescentes y adultos, el camino es trabajar para que cuando una persona se acerque a una salita reciba atención, contención, información y aseguremos la disponibilidad gratuita de insumos anticonceptivos. Eduquemos, acompañemos, estemos presentes hasta en la última escuela y hogar de nuestro país (...). Defendamos la vida. También cuidemos a las personas con capacidad de gestar.” (Sapag, Movimiento Popular Neuquino)

Para os setores favoráveis ao projeto, a penalização do aborto implicou não apenas a perseguição criminal das mulheres que decidem abortar, mas também riscos à saúde e vida delas junto com uma condena moral por praticá-lo. Embora a existência de abortos e a clandestinidade dessas práticas fossem elementos reconhecidos por ambos os setores, os promotores do projeto argumentavam que sua aprovação constituía a única possibilidade de transformar o status quo.

“En las exposiciones en el plenario de comisiones, y también en la jornada de hoy, he escuchado hablar de quienes están a favor de la vida. Y creo que todas y todos en esta Cámara estamos a favor de la vida. De lo que estamos en contra es de la clandestinidad del aborto.” (Cáceres, PRO)

“Está demostrado que la prohibición y la criminalización no disuaden la realización de los abortos, sino que además ponen en riesgo a las mujeres. Entonces, la pregunta que cabe realizarse es: ¿qué cambió desde 2018 cuando se rechazó el proyecto de IVE? Nada cambió desde entonces. Las mujeres siguieron abortando y muchas de ellas en condiciones de soledad, ocultamiento e inseguridad.” (Crexell, MPN)

Para os setores contrários ao projeto a clandestinidade foi entendida como uma circunstância que não era determinante como para mudar a legislação; para eles legalizar o

aborto não reduziria a mortalidade das mulheres, por isso propõe soluções como melhorar os circuitos de adoção.

“Legalizando el aborto, ¿vamos a solucionar sus causas? ¡No! No, porque estamos legislando sobre las consecuencias, no estamos legislando sobre las causas. Y las causas tienen que ver con la ausencia del Estado en la prevención y en el diseño de políticas superadoras al aborto (...) [como] la adopción prenatal” (Poggi, Avanzar San Luis).

Durante o debate de 2020 ambos os setores reconheceram o aborto como um problema grave, mas marcaram diferenças na concepção do assunto. Desde a perspectiva feminista se plantearam o impacto das desigualdades econômicas para ter acesso a práticas seguras.

“(...) abortamos y algunas tienen la dicha de poder pagar un lugar seguro y de no ser penalizadas. Otras entregan su vida, porque prefieren entregarla antes que entregar su proyecto de vida. Otras, quedan mutiladas y sin posibilidad de poder engendrar.” (Fernández Sagasti, Frente de Todos).

Assim, do setor a favor do projeto IVE, acrescentou-se como argumento o fato de que a clandestinidade aumenta a desigualdade social preexistente por meio da seletividade penal – enquanto a perseguição ao aborto ilegal recairia principalmente sobre as mulheres pobres – e a impossibilidade de pagar os custos necessários para aceder a uma prática segura. Porém, os/as congressistas contrários sinalaram esses argumentos como uma forma de promover o “ressentimento social”, discursos que tentam marcar desigualdades que para eles/as não existem.

“La clandestinidad del aborto ciertamente es un peligro para la salud, pero no se erradica legalizando el aborto, sino previniendo la concepción. Introducir en ese contexto que las mujeres ricas abortan con seguridad para su salud es fogonear el resentimiento y la división clasista de la sociedad, algo totalmente contrario a los intereses nacionales, uno de los cuales es la integración de nuestra sociedad.” (Asseff, PRO).

O ativismo religioso neoconservador, embora heterogêneo, construiu uma agenda política comum com o objetivo de proteger e reforçar a visão cristã que sacraliza a ordem social, neste caso em particular, a sexualidade. Embora o surgimento e consolidação das Igrejas Evangélicas no campo político argentino represente um desafio ao poder da hierarquia católica, a priorização de uma agenda comum permite que compartilhem objetivos e articulem forças no debate público. Como explica Morán Faúndes (2015), família, sexualidade e reprodução são questões nas quais setores político-partidários neoconservadores de ambos os campos religiosos canalizam sua influência na sociedade política, reduzindo tensões

teológicas e políticas históricas. Nesse sentido, com essa reconfiguração do campo religioso, as estratégias políticas começaram a se reorganizar para influenciar na arena política. No debate parlamentar de 2020 encontram-se elementos que permitem enxergar essa agenda comum entre diferentes grupos religiosos; assim como já vimos falas do neoconservadorismo católico defendendo a perspectiva judeu-cristã na legislação, também tem exemplos como o caso da deputada Dina Rezinovsky (PRO) -pertencente a uma igreja evangélica-:

“Tanto nuestra Constitución como las Constituciones de Occidente están basadas en la fe judeocristiana. Y si tanto les molesta Dios, sáquenlo de la Constitución, pero nosotros en la Argentina seguiremos defendiendo este derecho a la vida”.

Esse direito à vida sob chaves de leitura crista propõe a “salvação das duas vidas”, apontando a importância da prevenção de gravidez indesejada. Subjacente a esse argumento está um raciocínio que entende a associação entre aborto e prevenção como um jogo de soma zero: enquanto houver prevenção, entendida em termos de políticas educacionais e de inclusão social, o aborto não vai existir. Como já foi mencionado, os discursos do neoconservadorismo religioso apelam a discursos abstratos que não consideram a materialidade da vida das mulheres (Labastie Gómez, 2018)

Enquanto a posição do neoconservadorismo se delineava uma interpretação parcial dos direitos da mulher como cidadã e absoluta no que diz respeito à sua obrigação de continuar a gestação em todas as circunstâncias, aqueles setores favoráveis ao projeto sustentavam uma perspectiva gradualista de reconhecimento de direitos do feto. Também apareceram argumentos que questionavam a maternidade como destino das mulheres e promoviam uma intervenção do estado em acompanhar as decisões que elas tomassem.

“Debatimos si este derecho es o no garantizado por el Estado, brindando a la mujer que decide interrumpir el embarazo la posibilidad de hacerlo en el sistema de salud, con un Estado presente que la acompañe, que no la obligue a poner su vida en peligro, a transitar sola una situación absolutamente traumática.” (Durango, Frente de Todos).

Pelo contrário, nas falas dos atores do neoconservadorismo não houve reflexão sobre o significado subjetivo da maternidade, considerando-a como condição inerente à situação de gravidez e que sua interrupção (sem importar causa ou contexto) constituiria a perda de um/a filho/a.

¿Qué me preocupa de la mujer y del texto de este proyecto de ley? Entiendo que un proyecto de ley de este tenor y de este contenido no libera a la mujer ni del dolor ni de la conciencia de la tragedia que es perder un hijo, que va a acarrear toda su vida.” (Pertile, Frente de Todos).

Com relação a laicidade, desde os grupos do neoconservadorismo se apresentaram falas que explicitavam sua pertença religiosa, mas que isso não teria ingerência no voto. Apelando a questão da representatividade política, manifestaram que “o povo do interior” a quem representava era contra a descriminalização do aborto. Entre os que se opuseram à medida, os diálogos destacaram o caráter católico da nação argentina e como a doutrina cristã é incompatível com o aborto, pois ameaça a vida. O raciocínio é que enquanto a Igreja Católica é contra o aborto, se assume que os/as cidadãos crentes também o são. Porém, alguns/algumas congressistas expuseram argumentos justificando votos afirmativos em discordância com outros/as colegas das mesmas províncias.

“(…) Más aun, conociendo la posición de los otros legisladores de mi provincia y siendo la única mujer, tengo el derecho y el deber de representar al sector de la población riojana que está a favor de este proyecto de ley. Entonces, como mujer, no puedo quedarme en los relatos ni en las especulaciones porque mi provincia es conservadora, ni tampoco contabilizando los pedidos que tuve para votar en contra de este proyecto.” (Aguirre, Frente de Todos).

Identificam-se posturas de congressistas que se definem religiosos e que reconhecem que o lugar que ocupam no Congresso exige-lhes uma busca de laicidade nas decisões que tomam, no sentido de compreender que a hora de legislar tem que considerar que estão representando a diversidade do povo argentino:

“(…) entendí, con más convicción que nunca, que aquella vez, en 2018, y esta vez, no estoy en el púlpito de mi iglesia, hablándoles a mis hermanos cristianos; estoy en la banca del Senado de la Nación hablándole al pueblo argentino. Entendí que fui elegida para representar a todos los habitantes de mi provincia de Buenos Aires: a los católicos, a los judíos, a los evangelistas (sic.), a los no creyentes. ¡A todos!” (González, PRO).

O discurso da senadora Gladys González resulta interessante de ser analisado porque está totalmente impregnado pela sua experiência religiosa. Ela faz parte do partido liberal de direita PRO (ex-Cambiemos). Se declara abertamente católica e declarou ter participado de espaços da Opus Dei. No debate parlamentar de 2018 tinha votado favoravelmente ao projeto e entre os argumentos nos quais baseou seu voto se encontra o direito das mulheres a serem atendidas no sistema de saúde (a linha de argumentação foi o reconhecimento de direitos).

Porém, a fala de 2020 chamou a atenção porque referiu-se inteiramente a aspectos religiosos, partindo da experiência de perder uma gravidez após sua votação em 2018. Naquele momento entendeu que isso poderia ter sido um castigo de Deus por ter votado a favor da descriminalização, mas desenvolve um raciocínio no qual explica o processo de

reformulação da imagem de Deus (Johnson, 2018), compreendo-o como misericordioso e que insta a não condenar as mulheres que abortam. Recuperou a compaixão como valor para justificar o compromisso que tanto o Estado quanto a Igreja têm com as mulheres vulneráveis, manifestando a obrigação de garantir as condições para que possam tomar decisões com liberdade. Gladys Gonzalez estruturou sua fala na fé católica, identificando-se claras diferenças entre a sua experiência religiosa e a doutrina oficial.

“El Dios en el que creo no es un Dios que castiga, es un Dios que ama. Es un Dios que es amor, que es compasión, que es esperanza. ¿Ustedes realmente creen que es cristiano condenar a las mujeres que deciden interrumpir un embarazo? Yo no lo creo, y no quiero hacerlo”

Também interpelou a comunidade católica neoconservadora questionando os julgamentos baseados na moral sexual:

“Hoy quiero preguntarle a mi Iglesia: ¿no será hora de que hagamos una autocrítica? ¿No será hora de que nos preguntemos por qué tardamos tanto en entender la necesidad y la importancia de la educación sexual? ¿No será hora de preguntarnos por qué nuestras mujeres católicas abortan? ¿No será hora de mirarnos hacia adentro y preguntarnos qué estamos haciendo mal, que el mundo se aleja cada vez más de nuestra fe y elige otras espiritualidades? ¿Por qué queremos imponer por ley algo que no pudimos hacer con nuestras propias enseñanzas religiosas? ¿Por qué queremos imponer castigo y criminalizar con la vara de nuestra religión, cuando no pudimos hacerlo con nuestra fe y nuestra oración para nuestros propios fieles?

Na sua fala foi possível identificar a forma de compreender a laicidade, sinalando que como senadora tem que legislar em temas de direitos humanos para todas/os, sem impor a própria moralidade católica:

“Señora presidenta: podría querer imponer que no se cumpla con el artículo 86 del Código Penal y que, ante las violaciones, el aborto sea punible. Podría querer imponer que no podamos divorciarnos. Podría querer imponer que no se imparta la educación sexual en las escuelas. Podría querer prohibir los anticonceptivos. Podría querer que las mujeres que no lleguen vírgenes al matrimonio tengan algún tipo de castigo. Podría querer impedir o prohibir la fecundación asistida en el nombre de la voluntad de Dios. Podría querer hacerlo, pero sería imponer mi moralidad a una población libre de creer en cualquier credo o de no creer en ninguno, que tiene derecho a un Estado que le garantice el goce de su plena libertad para decidir”.

A fala da senadora evidenciou uma perspectiva teológica que se diferencia da doutrina oficial da Igreja e abona a ideia de laicidade do Estado.

Sobre os movimentos sociais muitas referências foram feitas durante os debates de 2020, principalmente ao Movimento Feminista e de Mulheres. Desde os setores neoconservadores, se constrói uma narrativa que tenta diferenciar-se como grupo das feministas, resgatando conquistas históricas que são consideradas relevantes que não tem a

ver com o campo da sexualidade, mas com direitos políticos e trabalhistas. O discurso da deputada Polledo (PRO) é exemplo disso:

“‘Se dice’ que las mujeres tenemos derecho a decidir sobre nuestros cuerpos. Por supuesto que es así. A nadie se le ocurriría pensar lo contrario en este siglo XXI. Gracias al trabajo en pos de los derechos de las mujeres aquí hemos sancionado una cantidad de leyes que nos protegen de la violencia, de la discriminación y de todas las formas de opresión o desigualdad que hemos padecido a lo largo de la historia”.

Dessa forma, construiu-se uma narrativa a partir da ideia de que a luta atual do movimento feminista não contempla “as verdadeiras necessidades/demandas das mulheres”.

“Cuando me refiero a los colectivos feministas es porque la legalización del aborto no es un reclamo de nuestras mujeres, sino de grupos militantes que han quedado atrapados en consignas del pasado. Son paradigmas de un siglo que se fue hace dos décadas y que ya no está en la agenda de nuestros jóvenes” (Polledo, PRO)

“En muchas ciudades del interior, de donde muchos de los legisladores son representantes y seguramente terminarán votando a favor del aborto, esa marea de la que hablan es un simple charquito” (Rezinovsky, PRO)

Também se registram falas que reconhecem o impacto da mobilização dos grupos “pro-vida” e das organizações de profissionais “pela vida”:

“Pero lo que tienen que saber, también, es que la verdadera mayoría es una mayoría de mujeres, hombres, jóvenes que han llenado nuestros pueblos, nuestras ciudades, nuestras provincias, que con su corazón celeste han teñido a la Argentina de norte a sur, de este a oeste, que siguen apostando por la vida, presidenta, que hace horas y horas están ahí, en la plaza –muchos de ellos han viajado kilómetros y kilómetros para hoy día estar aquí–, y que hace días y días nos piden a cada uno de nosotros que no bajemos los brazos. Por eso, a ellos les digo que esto no está perdido, que esto recién comienza, porque la batalla por la vida no se pierde nunca, presidenta. Y, ¿sabe una cosa? La fuerza de la vida... la fuerza de la vida siempre gana” (Elias de Perez, UCR)

Por outro lado, a maioria das falas dos atores a favor do projeto destaca a atuação do movimento feminista para conseguir inserir na agenda pública diversas demandas históricas como o aborto.

“(…) si hoy estamos discutiendo este proyecto de ley no fue magia. Es el resultado de la lucha del movimiento feminista: de las pibas, las mujeres y las diversidades, de mis compañeras que todos estos años pelearon para que esta discusión y esta Ley sea realidad” (Recalde, Frente de Todos).

Outro dado importante teve a ver com a mudança na configuração do Congresso porque ingressaram legisladores/as mais jovens e isso teve um impacto nas argumentações.

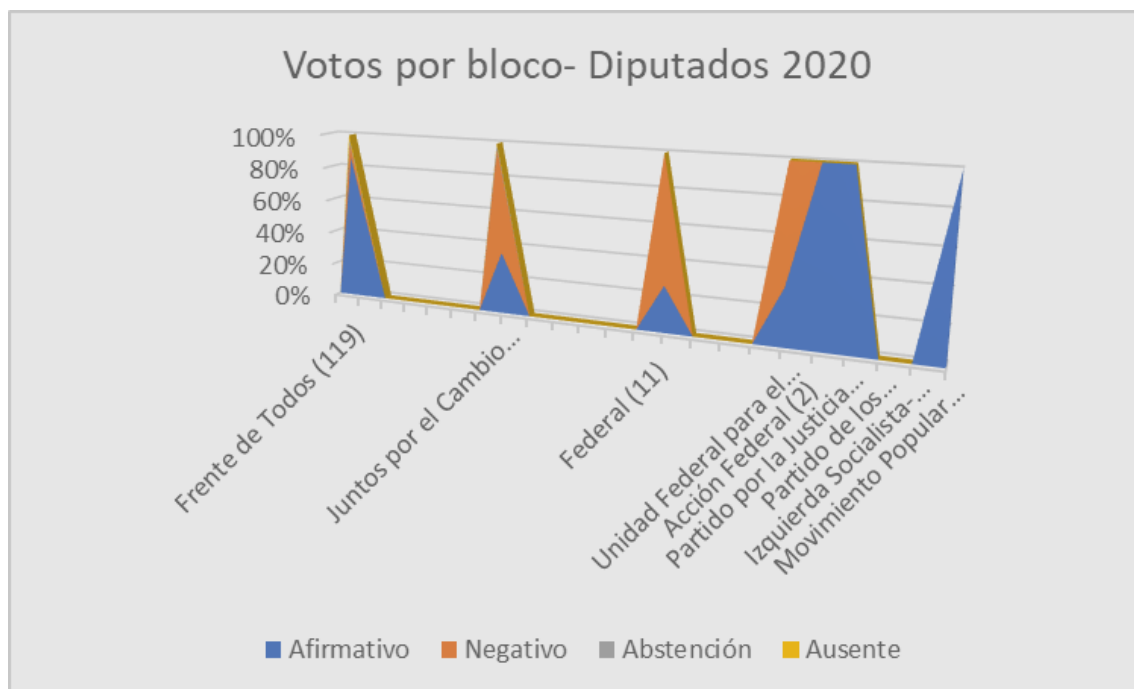
Conforme a pesquisa de Debucco (2021), entre aqueles que votaram a favor do projeto IVE como congressistas com menos de 40 anos mencionaram conceitos associados à clandestinidade, segurança e morte entre 2,5 e 3 pontos percentuais a mais que seus pares com mais de 40 anos (p.4). Pelo contrário, entre aqueles de maior idade o uso de discursos sobre bioética e argumentos jurídicos foi muito mais frequente do que entre os mais jovens (DEBUCCO, 2021, p.5)

Como foi mencionado, diversas autoras destacam o fator intergeracional como um elemento constitutivo do Movimento Feminista, particularmente da Campaña, e entendem que ali se gera uma sinergia que se expressa em formas estético-políticas particulares (Presman, 2019). A fala com a que a deputada Lospennato (PRO) faz o encerramento antes da votação na Cámara dá conta da potência do intergeracional na luta das mulheres porque menciona referências históricas e atuais do feminismo argentino:

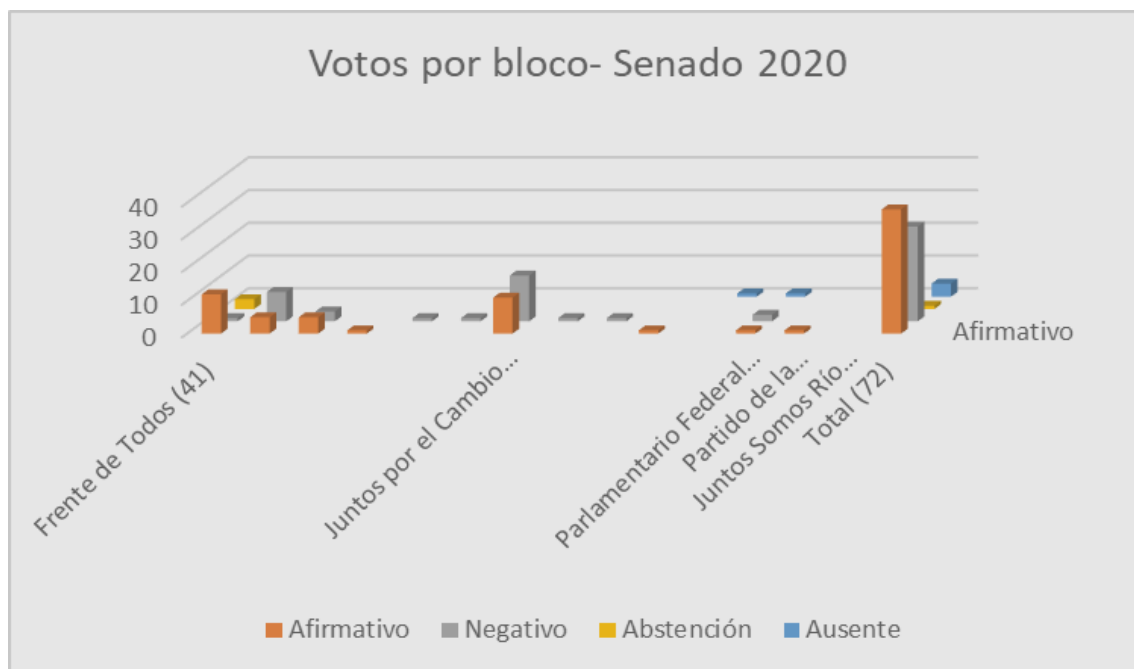
“Para concluir, permítanme nombrar a las mujeres que con su lucha nos condujeron hasta aquí: Marta Rosenberg, Marta Alanis, Nelly Minyerski, Diana Maffía, Mabel Bianco, Silvina Ramos, Virginia Franganillo, Silvia Oiserovich, Mariana Romero, Analía Messina, Silvia Juliá, Susana Chiarotti, Marcela Rodríguez, María Luisa Storani, Marcela Durrieu, Silvia Ausburger, Sandra Vázquez, Ruth Zubriggen, Giselle Carino, Natalia Gherardi, Mariela Belski, Raquel Asensio, Soledad Deza, Sabrina Cartabia, Agustina Ramón Michel, Edurne Cárdenas, Paola Bergallo. (Aplausos.) Por la memoria de Carmen Argibay, de Dora Koledesky, de Lohana Berkins y de Verónica Marzano. (Aplausos.) Por las Sororas, esta multipartidaria de mujeres que llegó para quedarse en la política argentina unidas en las diferencias, pero siempre a favor de las mujeres. (Aplausos.) Por las mujeres en sus casas, por nuestras madres y por nuestras hijas, que el aborto sea legal, seguro y gratuito, que sea ley (Lospennato, 2020).

A mudança no foco de discussão nos debates de 2020 provocou uma mudança nas estratégias de argumentação dos setores do neoconservadorismo católico. Embora continuaram defendendo a lei natural e a defesa da vida desde a concepção, é notório o abandono de argumentos religiosos explícitos e o aprofundamento do secularismo estratégico. A configuração política do Congresso favorável a legalização também pode ter tido impacto nessas falas nas quais, a diferencia de 2018, foi muito mais frequente encontrar propostas ou alternativas ao aborto -como melhorar o sistema de adoções-. No caso dos setores favoráveis a legalização, os argumentos se orientaram a mostrar a vulnerabilidade das mulheres que abortam em condições de clandestinidade e a obrigação do Estado em legislar sobre o assunto, fazendo foco na laicidade. Também se destacam algumas falas nas quais se mencionam ferramentas legais -como a objeção de consciência- que a lei habilita, como forma de garantir que nenhuma pessoa vai ser obrigada a atuar contra suas próprias convicções.

Em novembro desse 2020 a Câmara de Deputados aprovou o projeto por 131 votos afirmativos e 117 negativos e, um mês depois, na Câmara de Senadores por 38 a favor e 29 contra.



Elaboração própria



Elaboração própria

CAPITULO 4. Narrativas em disputa: as relações de força entre o neoconservadorismo católico e o feminismo.

4.1 Conceitos envolvidos, estratégias para a sua construção e pontos de inflexão

Tanto os grupos religiosos neoconservadores, liderados pela Igreja Católica, quanto o movimento feminista se valeram de diversas ferramentas para construir suas narrativas e as utilizaram de forma diferenciada para tornar visível o antagonismo entre as posições. Os conceitos usados e as estratégias para construir as narrativas foram diferenciadas e foram mudando a traves dos anos.

Um dos primeiros destaques tem a ver com o uso do conceito de “ideologia de gênero” que foi marcante na construção da narrativa do neoconservadorismo católico durante décadas; embora militantes dos grupos “pró-vida” continuem utilizando-o nas manifestações, durante os debates parlamentares analisados nunca foi mencionado. Isto pode se relacionar com o resultado da pesquisa do GREPO-PUCSP (2020) que, embora continue-o usando, os discursos do Papa Francisco evidenciam um deslocamento progressivo para o uso do termo “família”. Em concordância com isso, a defesa da família aparece inúmeras vezes nas falas dos e das congressistas que votaram contra a descriminalização. Neste sentido é importante destacar que por trás da concepção de família se encontram mandatos ligados a moral sexual cristã, a heteronormatividade, a divisão sexo-genérica do trabalho doméstico, entre outros.

Segundo Moran Faúndes (2015) tanto o feminismo quanto os grupos neoconservadores compartilharam duas estratégias para a construção das suas narrativas: por um lado, a linguagem dos direitos humanos e por outro, o uso de elementos que facilitaram a identificação pública de cada setor -os lenços verdes e celestes que representavam publicamente o posicionamento de um e de outro-. Deve-se destacar que, na Argentina, o repertório dos direitos humanos e o uso do lenço constituem ícones de resistência à ditadura militar de 1976. Foram as Abuelas de Plaza de Mayo que reclamavam pela devolução dos e das netos/as de filhos e filhas desaparecidos, começaram a utilizar fraldas de tecido branco para se reconhecer na praça. Com o tempo, o lenço branco tornou-se em uma referência no campo dos direitos humanos na Argentina.

Os grupos neoconservadores exerceram estrategicamente uma linguagem de direitos humanos que buscava associar alguns direitos sexuais ou reprodutivos -como o aborto- aos atentados ao direito humano à vida e aos crimes contra a humanidade ocorridos durante a última ditadura militar (MORÁN FAÚNDES, 2015). Por outro lado, o movimento feminista promoveu uma narrativa de construção da mulher como sujeito político, pois, o direito de decidir sobre seu corpo e sua vida implicaria uma ampliação dos direitos de cidadania.

Acompanhando essa gramática, o uso de lenços de cores diferentes foi outra das estratégias desenvolvidas para diferenciar essas posições antagônicas na arena pública. Os setores “pró-vida” se identificaram com um lenço celeste com o slogan “Salvemos las dos vidas” e o Movimento Feminista, com a utilização de um lenço verde com o slogan da Campaña: “Educación sexual para decidir, anticonceptivos para no abortar, aborto legal para no morir” e com o chamado “pañuelazo” como ação política concreta que visa tornar visível a reivindicação. No próximo apartado analisaremos a construção da narrativa visual considerando o lenço como um elemento chave nesse processo.

Outro elemento importante nesta análise tem a ver com outros conceitos envolvidos na construção de narrativas e que tiveram diferente importância nos debates de 2018 e 2020. Temos que destacar que no primeiro debate no qual aparece pela primeira vez o conceito “pessoa gestante” não foi utilizado nem questionado abertamente, mas -como foi mostrado- foram apresentados pelos setores do neoconservadorismo discursos sobre a maternidade ligado ao instinto da mulher. Pode se identificar que no primeiro debate parlamentar foram mais frequentes discursos essencialistas e biologistas que no debate de 2020.

Para entender essa mudança temos que considerar o poder que tinha o setor favorável a descriminalização na segunda ocasião, no sentido que foi quem determinou os parâmetros e o ponto central da discussão; de igual forma em 2018, quando a configuração política do Congresso era contrária a legalização, foram os setores do neoconservadorismo que determinaram o foco central do debate. Isto é, o setor com maior poder impõe as regras da discussão parlamentar e neste caso, a mudança significou um ponto de inflexão na construção da narrativa do neoconservadorismo católico, porque tiveram que procurar novas estratégias para justificar os votos.

Neste mesmo sentido temos que considerar os pontos de inflexão no setor contrário; o movimento feminista deslocou o termo aborto para interrupção voluntária da gravidez (IVG) no intuito de tirar a carga negativa histórica que tem a palavra. Considerando que historicamente os conservadorismos têm centrado a debate sobre aborto em relação com o feto, deslocar a discussão a IVG implicava ter a oportunidade de construir uma nova narrativa colocando o foco na pessoa que decide fazer essa interrupção. Essa estratégia política do Movimento³⁶ tentava gerar uma mudança importante na construção de narrativa e provocar uma quebra naquelas já construídas.

³⁶ Neste caso como *insider* acompanhei as discussões nas assembleias sobre esta mudança de estratégia política; foi uma decisão que gerou muito debate dentro das organizações porque algumas delas entendiam que deixar de usar o termo significava ter que negociar uma parte fundante da luta histórica do movimento.

Outro acontecimento importante que provocou inflexões nas estratégias de argumentação no Parlamento foi o impacto das Campanhas pelo Estado Laico; com atividades de acompanhamento de apostasias, de divulgação de relatórios financeiros de receitas que recebia a Igreja por parte do governo, entre outras, foram visibilizando que o Estado Argentino ainda mantinha -e mantém³⁷- economicamente salários de funcionários e outros projetos da instituição.

Resulta significativo que no debate de 2018 as falas favoráveis a laicidade, foram muito mais frequentes que em 2020. Em relação ao número de vezes citadas, elaboramos esta tabela com a frequência de aparição nos debates.

CATÓLICO/A- CATOLICISMO		
	2018	2020
SENADO	102	35
DIPUTADOS	111	77

LAICO/A- LAICIDAD		
	2018	2020
SENADO	10	5
DIPUTADOS	22	2

RELIGIÓN/ES		
	2018	2020
SENADO	41	29
DIPUTADOS	30	23

Embora as falas foram mais curtas que em 2018, na modalidade virtual de 2020 a referência a conceitos chaves para nossa análise como religião, Catolicismo, laicidade e feto foram bem menos frequentes. Mas, por exemplo, quando realizamos uma análise mais exaustiva da frase na que se utiliza a palavra, pode-se identificar que as palavras relacionadas

³⁷ Em 2022 o governo federal enviou a Igreja mais de 200 milhões de pesos para salários de bispos, arcebispos e auxiliares. Informação disponível em: <https://latinta.com.ar/2022/10/derogar-privilegios-iglesia-catolica/>

com Catolicismo em 2018 eram usadas para favorecer posições conservadoras da legislação vigente, a reforçar a ideia de Argentina como um país católico e a justificar a votação como congressistas que professam esta religião. Porém em 2020, as referencias tinham a ver com outros atores que também se identificavam como católicos, mas entendiam que como funcionários públicos não deviam impor suas convicções religiosas.

No primeiro debate, como foi analisado, o uso do argumento dos e das congressistas neoconservadores da sua identidade como católicos/as/cristãos para justificar o voto negativo não se repetiu em 2020. Inclusive tem discursos que explicitam a utilização de discursos bioéticos-científicos para argumentar e não se baseiam em crenças religiosas, como foi já apresentado no exemplo da deputada Rezinovsky (PRO):

“Durante el poco tiempo que estuvimos hablando acá, se han vertido argumentos desde el punto de vista jurídico, científico o médico. Incluso, hace unos días, una diputada que, lamentablemente, no está en este momento dijo que los diputados que viniéramos a debatir debíamos dejar nuestras creencias religiosas en la puerta. Yo le hice caso: no voy a hablar desde la religión. Bien podría hacerlo porque estamos en un país libre”.

Isto também aparece em argumentos diferenciais esgrimidos por um/a mesma/o congressista em um e outro debate, como exemplo do aprofundamento do secularismo estratégico. Por exemplo, no caso da fala da senadora Elias de Perez (UCR):

2018	2020
“Durante estos meses se há denostado a los que profesamos la fe católica como nunca ha sucedido en la Argentina. También hemos recibido escraches. También hemos recibido pintadas. También hemos recibido todo tipo de agravios. Y lo que quiero es desagraviar al pueblo católico, al pueblo evangélico, a los de otras religiones; a todos a los que al salir a ponerse en contra y a manifestarse en contra de esta ley han sido criticados, vapuleados y atacados, sencillamente, por mostrar su religiosidad en un país donde la libertad de culto está consagrada en la Constitución Nacional”	“Un argumento falaz que se ha repetido, también, muchas veces es que nosotros hacemos este planteo desde nuestras posturas y creencias religiosas. Y durante toda la tarde hemos dado todo tipo de explicaciones y argumentos científicos, constitucionales, políticos. Y desde allí es desde donde estamos haciendo nuestro análisis. Salvo que alguno de ustedes se confunda y crea que la Constitución es la Biblia, la Torá o el Corán. No lo sé, presidenta.”

--	--

A estratégia política do governo federal de apresentar um projeto de assistência social junto com o da legalização da IVG foi fundamental para apagar do debate um argumento utilizado pelo neoconservadorismo que tem a ver com considerar que alguns setores impulsionam a lei de aborto como uma forma de eugenia social. Em palavras da senadora Rezinovksy (PRO), isto é:

“Lamentablemente, están hablando de un derecho a decidir, y hay muchas mujeres que no tienen esa posibilidad, porque cuando van a una salita o a un hospital, la primera pregunta que les hacen es: “¿Lo querés tener?”. Ahí es cuando la mujer ya no tiene posibilidad de decidir. Ahí es cuando la están empujando al aborto. ¡Sí, la están empujando al aborto!”.

O Programa “dos mil dias” oferece a possibilidade de ter assistência econômica e socio-sanitária durante esse período; isso permite gerar condições materiais para que as mulheres e pessoas gestantes possam tomar decisões com liberdade.

4.2 Narrativas visuais: elementos estéticos e políticos em jogo

A antropóloga Paula Montero explica que “se não quisermos recair nas armadilhas do essencialismo é preciso considerar que há diversas maneiras das religiões conquistarem a possibilidade de estarem presentes e de se fazerem ouvir (e ver) na esfera pública” (MONTERO, 2015, p.175). A pandemia por COVID-19 fez visível a importância das redes sociais na vida cotidiana das pessoas e, neste sentido, as estratégias de construção de narrativas visuais ocuparam um lugar central na formação de opinião pública. Neste apartado vamos analisar como o neoconservadorismo católico e o feminismo foram construindo suas narrativas visuais e quais são as suas características.

Torres Santana (2020) identifica três dispositivos retóricos e políticos dos neoconservadorismos: a liberdade, a vida e a família; como foi explicado até aqui, no caso da Argentina, os diferentes grupos que se autodenominam “pro-vida” começaram a organizar-se para atuar politicamente (fazendo lobby e organizando protestos nas ruas), construindo uma narrativa baseada na defesa dessa triada (vida, liberdade e família). Esses grupos de base católica caracterizam-se pelo acionar performativo: protestos, missas em espaços públicos, campanhas nas redes sociais, uso de canções de ninar, peúgas de bebês e fetos gigantes (IRRAZABAL, 2018).



Fonte: Infobae.

Identificando-se com o lenço celeste, esses grupos “propõem promover a família como eixo fundamental e base da sociedade, rejeitando a ideologia de gênero e promovendo maior respeito aos valores familiares, promovendo o valor de toda vida e respeitando a liberdade” (LOZA e LOPEZ, 2020) O lenço celeste tornou-se um símbolo identitário desses setores e uma referência para toda a sociedade que sabia que quem usa ele apoia a narrativa que está por trás. O dirigente da organização + Vida -precursora da Campanha ‘Salvemos las dos vidas’- explicou que a escolha da cor foi pensada por uma identificação como nação, “escolhemos o celeste pelo parecido com as cores pátrias e está relacionado com a nossa identidade como argentinos” (RIOS, 2018).

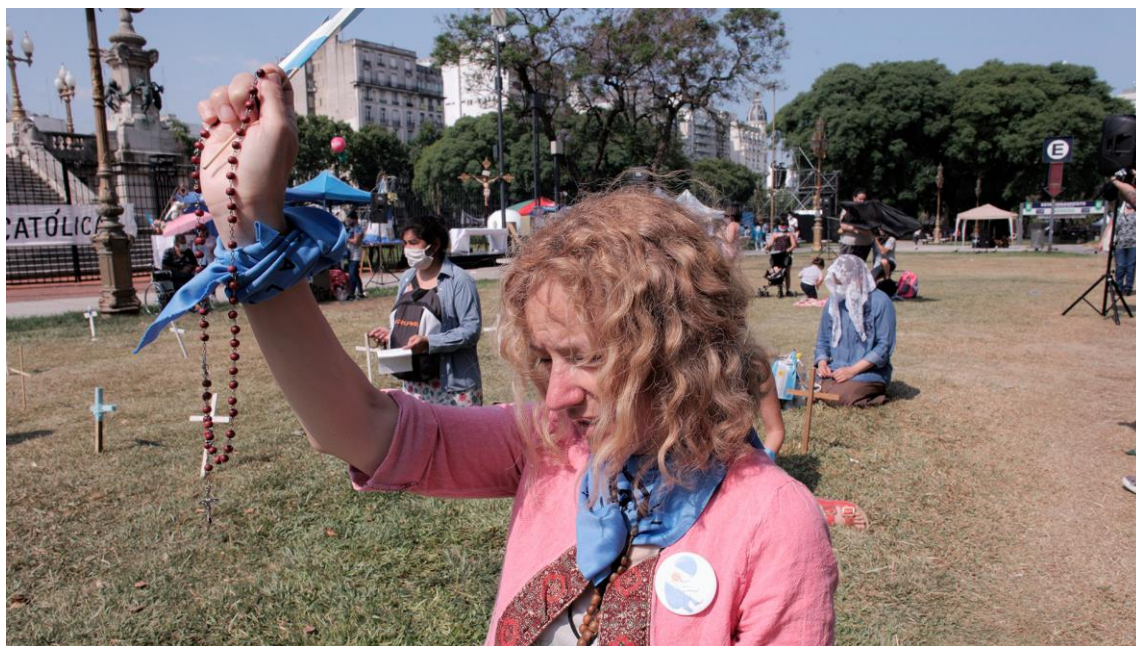


Fonte: DPA- La Voz del Interior³⁸.

Como explica Hernández (2002), quem interpreta as imagens o faz de forma interativa e de acordo com as experiências que cada sujeito tem experimentado em sua vida cotidiana. Chama a atenção que nos protestos eram utilizados outros elementos brancos junto com o lenço celeste -como balões, roupa, cartazes-, constituindo um apelo as cores da bandeira argentina.

Essa construção da narrativa visual acompanhou discursos que promoviam a defesa da Pátria diante do perigo da “ideologia de género”; esses grupos neoconservadores tentavam resgatar os valores cristãos mostrando-os como a base da democracia argentina, por tanto a defesa das próprias crenças religiosas era sinônimo de defender a Pátria.

³⁸ <https://www.lavoz.com.ar/ciudadanos/8a-convocan-marchar-por-dia-internacional-de-accion-por-dos-vidas/>



Fonte: Infobae.

Como já foi mencionado, outro elemento chave para entender a narrativa neoconservadora são os discursos sobre a defesa da vida. As demandas morais dos setores neoconservadores sobre a santidade da vida começaram a serem formuladas mediante uma linguagem de direitos; então, além de ser sagrada desde a concepção, se exige que a vida deve ser protegida como um direito humano. O secularismo estratégico (VAGGIONE, 2014) desses setores implica a utilização de argumentações não religiosas -geralmente científicas- para otimizar sua legitimidade moral e política, fazendo que o religioso e o secular estejam afastados por fronteiras porosas. No campo visual, começaram a utilizar fetos gigantes durante os protestos contra a legalização do aborto, tentando mostrá-lo com forma humana.



Fonte: Infobae.

A estratégia visual de apresentar a figura do feto fora do útero da mulher foca a atenção nele e reforça a ideia de autonomia da sua vida. Essa abstração não inclui as condições que permitem a sua sobrevivência, isto é o corpo da mulher. Seguindo a Petchesky (1987), fazer simplificações e focar apenas no feto leva o perigo de perder de vista não só que essa vida se encontra dentro de um outro corpo, mas de um contexto muito mais amplo que determina a vida das mulheres: empregos, famílias, problemas de saúde, idade, pobreza, projetos de vida (p.287)



Fonte: Unidos por las dos vidas @unidos_por_las_dos_vidas

Como analisa Felitti (2011) a construção da narrativa do neoconservadorismo católico tem um apelo à emoção; as mensagens combinam linguagem acessível com imagens de alto impacto emocional. Fetos dissecados, cobertos de sangue, bebês que não cabem na palma de uma mão e são ameaçados por uma pinça médicas, causam em quem vê essas montagens um efeito muito mais imediato e desestabilizadoras do que as complexas declarações médicas sobre o início da vida (p.107)

Por sua parte a Campaña Nacional por el Derecho al Aborto, começou a usar o verde como insígnia. Os lenços verdes tornaram-se um elemento de identificação de todas as pessoas que apoiavam a legalização, principalmente de adolescentes e mulheres jovens que os incorporaram a sua vida cotidiana. Neles se apresentava um desenho de um lenço branco e verde -que faz referência as Madres de Plaza de Mayo- e o slogan impulsado pela Campanha: “Educación sexual para decidir, anticonceptivos para no abortar, aborto legal para no morir”.



Fonte: La Izquierda Unida³⁹

Como elemento estético e político, o lenço verde permitiu gerar ações que visavam visibilizar o reclamo feminista. Os “pañuelazos” constituíram-se em uma performance que vem ocupando o espaço público desde 2005 e tomaram relevância na mídia durante os debates parlamentares de 2018 e 2020.

³⁹ https://www.laizquierdadiario.com/spip.php?page=voice&id_article=126326



Fonte: IR⁴⁰

Como explica Presman (2020), as intervenções artísticas que desenvolvem os movimentos sociais que irrompem no espaço público resultam centrais para disputar sentidos em diversos conflitos sócio-políticos. As manifestações feministas sempre foram acompanhadas de shows de música, leitura de poesias, peças de teatro. Nos meses dos debates no Congresso em 2018 teve diferentes atividades que fechavam com “pañuelazos” como forma de construir uma maré verde; chamadas «terças verdes», foram festivais de mulheres com as mais diversas expressões artísticas que impulsavam o slogan “resistimos com alegría”.

⁴⁰ <https://www.inforegion.com.ar/2019/09/24/preparan-un-nuevo-panuelazo-por-el-aborto-legal-seguro-y-gratuito/>



Fonte: Twitter Campaña por el Derecho al aborto⁴¹

Elizalde (2018) explica que as jovens que começaram a militar no feminismo desde 2005 são chamadas de “geração de glitter”, em referência a maquiagem com glitter utilizado nos protestos. Assim, a narrativa visual deste setor se configurava de uma forma totalmente diferenciada dos grupos antagônicos.

⁴¹ <https://twitter.com/campabortolegal/status/988195957568430082>



Fonte: El País⁴²

A diferença dos setores neoconservadores, os cartazes do Feminismo geralmente têm frases escritas sem imagens e as publicações incorporam desenhos de lenços, de mulheres se abraçando, do símbolo de Vênus (círculo com uma cruz abaixo dele). Essas manifestações buscam questionar discursos sobre a sexualidade e o papel social das mulheres, fazer reivindicações sociais e políticas, e criticar atores sociais que promovem narrativas neoconservadoras.

⁴² <https://elpais.com/sociedad/2020-12-11/no-habra-mas-abortos-habra-menos-condenadas.html>



Fotografia própria.



Fotografia própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre o Estado argentino e a Igreja Católica foi historicamente muito próxima. Como foi reconstruído no primeiro capítulo, houve momentos de maior proximidade e outros de distanciamento, embora a hierarquia eclesiástica tenha sempre mantido uma profunda presença na vida social e política. Essa influência teve diversas expressões, por meio da participação e convivência no exercício do poder por parte de alguns governos, como ocorreu na última ditadura civil-militar, por meio de lobby e organização de ONGs para influenciar parlamentares e ministros, entre outras.

Para entender os argumentos e as estratégias por meio das quais os setores do neoconservadorismo católico construíram suas narrativas, foi necessário reconstruir a narrativa antagônica, neste caso a que foi promovida pelo Movimento Feminista argentino. As relações de força entre esses dois setores definiram os parâmetros da discussão sobre a descriminalização do aborto dentro e fora do Congresso.

Em 2018 foi a primeira vez na história que um projeto de legalização do aborto teve tratamento parlamentar. Elaborado pela Campaña Nacional por el derecho al aborto legal, seguro y gratuito, significou que uma pauta histórica do movimento feminista tinha tido acesso ao âmbito legislativo. Porém, a configuração do Congresso em 2018 estava marcada por um posicionamento contrário à descriminalização; o foco da discussão durante o tratamento legislativo foi a vida do feto, se existe ou não, quando começa etc. Os argumentos do neoconservadorismo católico baseavam-se na exigência da defesa da lei natural considerada anterior à organização do Estado nacional e no reforço da identidade católica do povo argentino. Nesse sentido, pudemos identificar que as vezes que a identidade católica dos/as parlamentares foi explicitada, foi para justificar o voto negativo com base na doutrina oficial da Igreja em relação ao assunto, na tentativa de mostrar uma falsa homogeneidade dentro do Catolicismo.

A atuação da Campanha entre os debates de 2018 e 2020 foi significativa no avanço da descriminalização social do aborto. A conscientização que alcançaram naqueles anos sobre as condições em que as mulheres abortam, as desigualdades no acesso ao atendimento oportuno e a morbimortalidade que a ilegalidade da prática acarreta, provocaram discussões nos mais diversos espaços sociais e foram paulatinamente virando o foco da discussão para o eixo da clandestinidade e suas trágicas consequências.

Junto com esse ator chave, as estratégias da Campaña Federal por la Separación Iglesia/Estado e da Campaña Nacional por el Estado laico, suscitaram questionamentos sobre

a íntima relação entre Igreja e Estado, incluindo sobre acordos políticos e econômicos ainda hoje vigentes.

Devemos também destacar o impacto das organizações sociais que promoveram narrativas contrárias entre si e que se retroalimentaram em termos de readaptações estratégicas a partir do grupo antagônico. Assim, por exemplo, diante da organização da Campanha dos “pañuelazos”, as ONGs “pró-vida” organizavam as “Marchas por las das vidas”. Essas organizações foram fundamentais para instalar e motorizar o debate sobre o aborto nas ruas.

A discussão parlamentar de 2020 decorreu em condições particulares devido à pandemia de COVID-19; as mobilizações sociais foram reduzidas por restrições à circulação pública, razão pela qual as redes sociais e os entornos virtuais em geral, se tornaram canais de propagação das narrativas aqui analisadas. Nesse sentido, a narrativa visual de cada setor foi marcada por elementos estético-políticos diferenciados. Os setores neoconservadores optaram pelo uso de imagens de alto impacto emocional, enquanto os setores favoráveis à descriminalização focaram sua narrativa em frases simples e fotografias/desenhos que representassem a força da “maré verde”.

O debate parlamentar neste caso foi baseado em um projeto de lei elaborado pelo Poder Executivo e a nova configuração do Congresso marcou uma posição favorável à descriminalização do aborto. Nesse caso, dada a mudança do foco da discussão para o eixo clandestinidade, pudemos identificar novas estratégias argumentativas dos setores neoconservadores. Aprofundaram o secularismo estratégico ao utilizar argumentos bioético-científicos para justificar premissas religiosas, além de expor o que consideravam alternativas ao aborto, como o fortalecimento dos circuitos de adoção. Temos que destacar que outros setores religiosos, principalmente cristãos evangélicos, utilizaram essas ferramentas para argumentar, evidenciando uma agenda comum como o neoconservadorismo católico. Neste sentido, fica pendente fazer uma análise mais aprofundada destas agendas compartilhadas entre diferentes setores do neoconservadorismo religioso, considerando a emergência de Igrejas evangélicas no país nos últimos anos.

Também resulta relevante ressaltar uma outra diferença com o debate de 2020, neste caso sobre a laicidade do Estado; dessa vez, as vezes que a identidade católica dos/as congressistas foi mencionada apareceu como uma forma de justificar o voto favorável a descriminalização; isto é, como uma estratégia para diferenciá-la do seu exercício como congressista. A discussão sobre este tema foi se acrescentando nos últimos anos, embora

ainda continuem os questionamentos sobre qual o tipo de laicidade que pode ser construído na configuração social e política argentina.

Por fim, chama a atenção o curto período entre os dois debates e os diferentes resultados obtidos. Depois do primeiro tratamento parlamentar o Movimento Feminista -a través da Campaña como principal articuladora- teve que redefinir a estratégia política para a construção das suas narrativas. O impacto dessa mudança implicou uma redefinição na estratégia argumentativa do neoconservadorismo católico, o qual foi marcante para ir virando o foco de discussão. Isto implica pensar na importância de analisar a dinâmica das relações de força na arena política que vão delimitando os parâmetros de discussão de demandas sociais, principalmente o reconhecimento das singularidades das narrativas em cada momento histórico.

Nas democracias atuais, o Congresso Nacional constitui um espaço de discussão democrática por excelência porque ali são definidas as normas que determinam as condições de vida da sociedade. Desde a Ciência da Religião temos um campo prolífero de pesquisa para analisar, como neste trabalho, as narrativas religiosas que estão em jogo e as estratégias para sua legitimação, como também os debates necessários sobre a laicidade do Estado a hora de regulamentar a vida de todos e todas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO L. e CALLEJO J. (1999). El análisis del discurso: del postmodernismo a las razones prácticas. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 88, 37-74.
- BESSONE P. (2017) Activismo católico antiabortista en Argentina: performances, discursos y prácticas. *Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad* N°26 – agosto de 2017 - pp.38-67.
- BESSONE P. (2020) Los debates por la legalización del aborto en Argentina. Notas sobre la relación entre la Iglesia católica y los distintos gobiernos presidenciales en democracia (1983-2018). *Apuntes. Revista De Ciencias Sociales*, 47. pp.87-117.
- BIROLI F. e VAGGIONE JM (2020) *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. São Paulo: Boitempo.
- BIROLI F. (2013) *Autonomia e Desigualdades de Gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática*. Vinhedo: Editora Horizonte.
- BIROLI F. (2015) *Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos*”. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 35, p. 45-72.
- BIROLI F. (2018) *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- DULBECCO P, CUNIAL S L e JONES D E. (2021) *Mensajes en disputa. El debate legislativo del proyecto de Ley de Interrupción Voluntaria del Embarazo: Resumen ejecutivo*. Buenos Aires: CEDES; IBIS Reproductive Health. Disponible en: <https://repositorio.cedes.org/handle/123456789/4630>.
- DULBECCO P. (2021) *El aborto en el Congreso: Argentina 2018-2020. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Centro de Estudios de Estado y Sociedad-CEDES*. Disponible en: <https://repositorio.cedes.org/handle/123456789/4632>.
- ELIZALDE S. (2018). *Hijas, hermanas, nietas: genealogías políticas en el activismo de género de las jóvenes*. *Ensamblés*, 4(8), 86-93.
- ESQUIVEL JC. e MALIMACCI F (2018) *Invirtiendo los términos: controversias en torno al mal llamado Proyecto de Ley sobre Libertad Religiosa em Libertad religiosa: Debate sobre el proyecto de Ley en Argentina*. *Católicas por el Derecho a Decidir*, p. 21-27.
- ESQUIVEL JC. (2013) *Narrativas religiosas y políticas en la disputa por la educación sexual en Argentina*. Vol. VII/ N°1/enero-junio 2013/pp.140-163.
- FELITTI K. e PRIETO S. (2018) *Configuraciones de la laicidad en los debates por la legalización del aborto en la Argentina: discursos parlamentarios y feministas (2015-2018)*. *Salud Colectiva*, 14(3), 405-423.

FELITTI K. (2011) Estrategias de comunicación del activismo católico conservador frente al aborto y el matrimonio igualitario en la Argentina. *Sociedad y Religión: Sociología, Antropología e Historia de la Religión en el Cono Sur* [en línea]. 2011, XXI (34-35), pp. 92-122.

GAGO V. (2019) *La Potencia feminista: o el deseo de cambiarlo todo* / Verónica Gago.- 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón,

GAYMER M. (2018) La función ideológica del Opus Dei: la legitimación de un orden

GUDIÑO BESSONE P. (2012). Experiencia, aborto y maternidad en las católicas feministas. *Nómadás. Critical Journal of Social and Juridical Sciences*, 34(2), 149-162. https://doi.org/10.5209/rev_NOMA.2012.v34.n2.40737.

GUDIÑO BESSONE P. (2020) Los debates por la legalización del aborto en Argentina. Notas sobre la relación entre la Iglesia católica y los distintos Gobiernos presidenciales en democracia (1983-2018) *Apuntes* 87. Pp. 87-117. doi: 10.21678/apuntes.87.1001

Gudiño, P. (2018). Aborto, sexualidad y bioética en documentos y encíclicas vaticanas. *Acta Bioética*; 24(1): 85-94. Recuperado de: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1726-569X2018000100085.

HADDAD L. B. e NOUR N. M. (2009) Unsafe abortion: Unnecessary maternal mortality. *Reviews in Obstetrics and Gynecology*, 2(2), 122–126.

HERNÁNDEZ F. (2002) Más allá de los límites de la escuela: un diálogo entre emergencias sociales y cambios en las artes visuales y en la educación. In: *Jornadas Fundación La Caixa*.

JONES, D. E. e DULBECCO, P. (2016). El aborto y la proyección política de la jerarquía de la Iglesia católica argentina (2005-2011). *Cadernos De Estudos Sociais*, 30(2), 01–30. Recuperado de <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1521>.

LABASTIE GÓMEZ M. (2018) La construcción de la mujer como sujeto político: análisis del debate parlamentario para la despenalización del aborto entre 2000 y 2015. Tesis de maestría. Universidad de la República (Uruguay). Facultad de Ciencias Sociales. Departamento de Ciencia Política.

LEMAITRE J. (2014) Catholic constitutionalism on sex, women, and the beginning of life. En R. J. Cook, J. N. Erdman y B. M. Dickens (eds.), *Abortion Law in transnational perspective: Cases and controversies* (pp. 239-257). Filadelfia, Estados Unidos: University of Pennsylvania Press.

LORENZO PA (2009) *Mujeres que se encuentran: una recuperación histórica de los Encuentros Nacionales de Mujeres en Argentina, 1986-2005*. Buenos Aires: Feminaria Editora. Vol. VII/ N°1/enero-junio 2013/pp.140-163.

LOZA J. e LÓPEZ M. (2020) Representaciones y repertorios de expresiones conservadoras organizadas contra el aborto en Argentina (2018-2020), en Torres, A.(ed) *Derechos en riesgo en América Latina: 11 estudios sobre grupos neoconservadores*, Fundación Rosa Luxemburgo / Desde Abajo. pp. 55 – 74.

MACHADO M D (2012) “Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010”. Rev. Bras. Ciênc. Polít. [on-line], n.7, p. 25-54. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522012000100003.

MACHADO M D, DOS PASSOS GUIMARÃES C., BANDEIRA DE OLIVEIRA C. e RABELO C. (2006) La política: un nuevo espacio de articulación de las identidades religiosas y de género. Si Somos Americanos, Revista de Estudios Transfronterizos, VIII(2),87-108.[fecha de Consulta 26 de Octubre de 2020]. ISSN: 0718-2910. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=3379/337930325006>.

MALLIMACI F (2008) Nacionalismo Católico y cultura laica en Argentina. En BLANCARTE R (coord.), Los retos de la laicidad y la secularización en el mundo contemporáneo, México, El Colegio de México.

MORÁN FAÚNDES J.M. (2014) La valoración de la vida, la subjetivación de embrión y el debate sobre el aborto. Aportes desde una perspectiva crítica. Acta Bioethica. Vol. 20, nº 2, p. 151-157.

MORÁN FAÚNDES J. e MORGAN L. (2018) La vida no es una sola: los usos políticos de la “vida” en Latinoamérica. Culturales, 6, e326. doi: <https://doi.org/10.22234/recu.20180601.e326>.

MORÁN FAÚNDES JM (2015) Aborto e Iglesias. Cuatro focos analíticos en América Latina. Investigación sobre aborto en América Latina y El Caribe: una agenda renovada para informar políticas públicas e incidência. Ciudad Autónoma de Buenos Aires; p. 95 – 128.

MORÁN FAÚNDES JM, MONTE ME, DROVETTA R e SÁNCHEZ L. (2011) ‘La inevitable maternidad’. Actores y argumentos conservadores en casos de aborto no punible en la Argentina. En Peñas Defago MA, Vaggione JM. Actores y discursos conservadores en los debates sobre sexualidad y reproducción en Argentina. Córdoba: Ferreyra/CIECS. p. 127-156.

MORAN FAUNDES JM e VAGGIONE JM. (2012) “Ciencia y religión (hétero)sexuadas: el discurso científico del activismo católico conservador sobre la sexualidad em Argentina y Chile”. Contemporanea – Revista de Sociologia da UFSCar, vol. 2, n. 1: 159-186.

MORÁN FAÚNDES, J. & PEÑAS DEFAGO, M. (2013) ¿Defensores de la vida? ¿De cuál “vida”? Un análisis genealógico de la noción de “vida” sostenida por la jerarquía católica contra el aborto. Sexualidad, Salud y Sociedad, n.15 . pp.10.36.

MORÁN FAÚNDES J. e MORGAN L. (2018) La vida no es una sola: los usos políticos de la “vida” em Latinoamérica. Culturales, 6, e326. doi: <https://doi.org/10.22234/recu.20180601.e326>.

MUJICA J. (2010) La tradición y la vida. Sobre los grupos conservadores y la democracia contemporánea. En Vaggione JM. El activismo religioso conservador en Latinoamérica. Córdoba: Ferreyra/CIECS. p. 171-191.

MUJICA J. (2007) Economía política del cuerpo. La reestructuración de los grupos conservadores y el biopoder. Lima, Promsex.

NAZARENO M. S (2019) Neoliberalismo profundo. Apuntes sobre el "proyecto hegemónico" de la nueva derecha argentina. Pasaron cosas: Política y políticas públicas en el gobierno de Cambiemos.

PECHENY M., JONES D. e ARIZA L. (2016). Sexual politics and religious actors in Argentina. *Religion and Gender*, 6(2), p. 205-225.

PEÑAS DEFAGO MA e CAMPANA M. (2011) Programa Nacional de Salud Sexual y Procreación Responsable. Análisis de los debates en los medios de prensa de la sanción de la Ley 25.673. En Peñas Defago MA, Vaggione JM. Actores y discursos conservadores en los debates sobre sexualidad y reproducción en Argentina. Córdoba: Ferreyra/CIECS. p. 23-48.

PETCHESKY RP (1987) Fetal Images: The Power of Visual Culture in the Politics of Reproduction. *Feminist Studies*, Vol. 13, No. 2. pp. 263-292.

PRESMAN C. Pañuelazos por el aborto legal, seguro y gratuito Estética y política: análisis del activismo feminista en la Argentina durante 2018 (N.º 6), e033, 2020.

RÍOS L. (2018) Campaña “provida”: ¿Cómo nació el pañuelo celeste?. Agencia TELAM. Disponible en: <https://www.telam.com.ar/notas/201805/281613-panuelo-celeste-provida.html>.

RODRÍGUEZ L. (2010). Iglesia y educación durante la última dictadura en Argentina. Cultura y religión, 4 (2), 4-19. En Memoria Académica. Disponible en: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.9190/pr.9190.pdf.

ROSADO NUNES M.J. e CARRANZA B. (2019) Fim de uma ordem: natureza, lei divina, feminismo. *HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*. v. 17, n. 53, p. 936.

ROSADO NUNES M.J. (2018) Quando a natureza não é mais uma ordem: os desafios do feminismo à religião. In: GOMES, Ana Maria; REIS, Aparecido Francisco dos; veiga, Vivian da (org.). Diálogos sobre gênero e sexualidade. Campo Grande: Life Editora. p. 11-25.

ROSADO NUNES MJ. (2012). O tema do aborto na Igreja Católica: divergências silenciadas. *Ciência e Cultura*, 64(2), 23-31.

ROSENDE L. e PERTOT W. (2018) ¿Quiénes llevan el pañuelo celeste? Dossier Ultraderechas. *Revista Anfibia*. Disponible en: <https://www.revistaanfibia.com/quienes-llevan-los-panuelos-celestes/>.

RUDERER S. (2012). Cruzada contra el comunismo: Tradición, Familia y Propiedad (TFP) en Chile y Argentina. *Sociedad y religión*, 22(38) Recuperado en 19 de febrero de 2023, de http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-70812012000200004&lng=es&tlng=es.

RUIZ RUIZ J. (2014) El discurso implícito: aportaciones para un análisis sociológico. *Reis. Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, (146),171-190. [fecha de Consulta 19 de Julio de 2020]. ISSN: 0210-5233. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=997/99743606007>.

SGRÓ RUATA MC e VAGGIONE JM (2012) Las marcas de lo religioso en la política sexual: debate legislativo y matrimonio entre personas del mismo sexo em Argentina. Soc. e Cult., Goiânia, v. 15, n. 2, p. 331-345, jul./dez. 2012.

SILVIA M. e PANTELIDES A. (2009). Estimación del aborto inducido en Argentina. Notas de Población. Año XXXV, N87, Cepal. Santiago de Chile. Disponible en <http://repositorio.cepal.org/handle/11362/12842>. Último acceso: 24/3/2020.

TAMAYO G. (2001) Bajo la Piel. Derechos sexuales, Derechos reproductivos, Lima: Centro de la Mujer Peruana Flora Tristán.

TATO MI. (2004). Viento de Fronda. Liberalismo, Conservadurismo y Democracia en la Argentina, 1911-1932. Buenos Aires: Siglo XXI Editores de Argentina.

TORRES SANTANA, A. (2020) Neoconservadurismos y antifeminismo: libertad, familia y vida. Revista Común. Disponible en: <https://revistacomun.com/blog/neoconservadurismos-y-antifeminismo-libertad-familia-y-vida/>.

VAGGIONE J.M. (2005) Reactive Politicization and Religious Dissidence: The Political Mutations of the Religious. In: Social Theory and Practice, Vol.31, N°2. Florida: Florida State University. 233-255.

VAGGIONE J. M. (2022). El entramado neoconservador en América Latina. La instrumentalización de la ideología de género en las democracias contemporáneas. Las Torres de Lucca. Revista internacional de filosofía política, 11(1), 51-64.

VAGGIONE JM. (2014) La politización de la sexualidad y los sentidos de lo religioso. DOSSIER. Sociedad y Religión N°42. Vol XXIV. pp. 209-226.

VAGGIONE JM. (2012) Introducción. In: FAÚNDES, José Manuel Morán et al (ed.). Sexualidades, desigualdades y derechos: reflexiones en torno a los derechos sexuales y reproductivos. Córdoba: Ciencia, Derecho y Sociedad Editorial. p. 13-55.

VAGGIONE JM. (2014) La politización de la sexualidad y los sentidos de lo religioso. DOSSIER. Sociedad y Religión N°42. Vol XXIV. pp. 209-226.

VÁZQUEZ PA. (2017) Religiosidad popular y ¿cristianismo justicialista? La Biblioteca Infantil General Perón de 1948. XVI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia. Facultad Humanidades. Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata.

FONTES

ARGENTINA PRESIDENCIA.
<https://www.argentina.gob.ar/educacion/esi/normativa#:~:text=La%20Ley%20N%C2%B0%2026.150,todas%20las%20escuelas%20del%20pa%C3%ADs.>

CAMPAÑA ABORTO LEGAL. TWITTER.
<https://twitter.com/campabortolegal/status/988195957568430082>

CAMPAÑA ESTADO LAICO. INSTAGRAM.
<https://www.instagram.com/amestadolaico/>.

COMITÉ DE DERECHOS ECONÓMICOS, SOCIALES Y CULTURALES (DESC)- ONU (2018) ACCESO AL ABORTO EN ARGENTINA. CUARTA EVALUACIÓN.
https://www.cels.org.ar/web/wp-content/uploads/2018/09/20180911_Aborto_ComiteDESC.pdf.

CON MIS HIJOS NO TE METAS.
<https://conmishijosnotemetas.com.ar/>

CONSTITUCIÓN DE LA ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD (1948).
Disponible en: <http://www9.who.int/about/mission/es/>. Último acceso: 24/3/2021.

CORTE SUPREMA DE JUSTICIA DE LA NACIÓN (2012) FALLO F., A. L. S/ MEDIDA autosatisfactiva, F. 259. XLVI.
Recuperado de <http://www.saij.gob.ar/corte-suprema-justicia-nacion-federal-ciudad-autonoma-buenos-aires--medida-autosatisfactiva-fa12000021-2012-03-13/123456789-120-0002-1ots-eupmocsollaf>. Último acceso: 24/8/2021.

DEFENSORIA DEL PUEBLO DE LA CIUDAD AUTÓNOMA DE BUENOS AIRES.
<https://defensoria.org.ar/noticias/se-realizo-el-34-encuentro-nacional-de-mujeres/>.

DIARIO AMBITO FINANCIERO. <https://www.ambito.com/politica/iglesia-y-estado-asuntos-separados-el-congreso-ya-hay-nueve-proyectos-danza-n4032895>.

DIARIO ÁMBITO FINANCIERO. <https://www.ambito.com/politica/iglesia-y-estado-asuntos-separados-el-congreso-ya-hay-nueve-proyectos-danza-n4032895>.

DIARIO INFOREGIÓN. <https://www.inforegion.com.ar/2019/09/24/preparan-un-nuevo-panuelazo-por-el-aborto-legal-seguro-y-gratuito/>.

DIARIO EL CRONISTA. <https://www.cronista.com/economia-politica/La-Iglesia-lanza-una-reforma-economica-para-renunciar-a-los-aportes-del-Estado-20200303-0024.html>.

DIARIO EL PAÍS. <https://elpais.com/sociedad/2020-12-11/no-habra-mas-abortos-habra-menos-condenadas.html>.

DIARIO EL TRIBUNO <https://www.tribuno.com/salta/nota/2019-1-8-11-32-0-salta-entre-las-provincias-con-mas-violaciones-en-el-pais>.

DIARIO EN REDACCIÓN. <https://enredaccion.com.ar/panuelazo-del-19f-mujeres-de-todo-el-pais-se-movilizaran-por-el-aborto-legal/>

DIARIO LA NACIÓN. <https://www.lanacion.com.ar/cultura/cual-educacion-sexual-nid660485/>.

DIARIO LA NACIÓN. <https://www.lanacion.com.ar/sociedad/bergoglio-se-puso-al-frente-de-la-marcha-nid1283023/>.

DIARIO LA VOZ DEL INTERIOR. <https://www.lavoz.com.ar/ciudadanos/8a-convocan-marchar-por-dia-internacional-de-accion-por-dos-vidas/>.

DIARIO LA VOZ DEL INTERIOR. <https://www.lavoz.com.ar/ciudadanos/8a-convocan-marchar-por-dia-internacional-de-accion-por-dos-vidas/>.

DIARIO PÁGINA 12. https://www.pagina12.com.ar/477982-como-operan-los-grupos-antiderechos-encubiertos-y-financiado?ampOptimize=1&fbclid=IwAR3ZVtqy3e5NLvCzteJngtn_5ikN8td8gOmZGJmEyKMOp3g2lMb93SyX6yE.

DIARIO PÁGINA 12. <https://www.pagina12.com.ar/513613-la-campana-pidio-investigar-a-gravida-la-ong-que-obstaculiza>.

DIARIO PÁGINA 12. <https://www.pagina12.com.ar/diario/sociedad/3-42811-2004-10-26.html>.

DIARIO PERFIL. <https://www.perfil.com/noticias/actualidad/que-es-la-apostasia-y-como-se-realiza-el-tramite-para-renunciar-a-la-iglesia.phtml>.

DIARIO PERFIL. <https://www.perfil.com/noticias/sociedad/que-significa-el-panuelo-naranja-que-tambien-tomo-las-calles-en-medio-del-debate-por-el-aborto.phtml>.

FRANCE 24. <https://www.france24.com/es/20181010-papa-francisco-aborto-sicario-controversia>.

LA TINTA. MEDIO DIGITAL. <https://latinta.com.ar/2022/10/derogar-privilegios-iglesia-catolica/>

MINISTERIO DE SALUD DE LA NACIÓN (2016) Análisis de la Mortalidad Materno Infantil 2007-2016”. <http://www.msal.gob.ar/images/stories/bes/graficos/0000001229cnt-analisis-mmi-2007-2016.pdf>.

NI UNA MENOS. <http://niunamenos.org.ar/>.

PONTIFEX. TWITTER. https://twitter.com/Pontifex_pt/status/1343897053609349121.

TELAM. <https://www.telam.com.ar/notas/201803/260241-iglesia-catolica-financiamiento-estado-debate.html>.

TELAM. <https://www.telam.com.ar/notas/202201/580328-20-anos-aniversario-experiencia-mesa-dialogo-argentino.html>.

VATICAN NEWS. <https://www.vaticannews.va/es/papa/news/2020-11/papa-francisco-argentina-mujeres-villas-ley-aborto.html>.